

Universidade do Minho

Escola de Arquitetura, Arte e Design

Mariana Silva Almeida

**Do espaço partilhado à identidade Coletiva:
O processo de reabilitação da
Vila de Santa Marinha da Costa**

Dissertação de Mestrado

Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao

Grau de Mestre em Arquitetura

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor Carlos Alberto Maia Dominguez

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 31 de janeiro de 2025

Mariana Silva Almeida

AGRADECIMENTOS

Ao professor Carlos Maia, pelo acompanhamento deste trabalho de investigação. Ao Presidente da Junta da freguesia da Costa, o Sr. Vítor Matos, pela disponibilidade e todas as informações solicitadas da freguesia. Um especial agradecimento ao Sr. Delfim pela confiança e disponibilidade dada sobre o objeto de estudo. Às habitantes e às famílias envolvidas na Vila de Santa Marinha da Costa, por toda a paciência e recetividade perante o meu estudo. À minha família, que desde o início me apoia em todo o meu percurso. Às minhas melhores amigas e ao meu namorado Tiago, por toda a ajuda e companheirismo.

A todos que me acompanharam nesta jornada, um sincero obrigado.

RESUMO

A presente investigação surge de uma inquietação pessoal - a forma como habitamos e partilhamos o espaço tem sido progressivamente moldada por lógicas de privatização e fragmentação territorial, resultando numa crescente alienação entre o indivíduo, a comunidade e o território. Este fenómeno, amplificado pela homogeneização dos modelos habitacionais e dinâmicas quotidianas, tem contribuído para o esvaziamento social de inúmeros espaços, sobretudo em territórios em transição, onde a rutura entre o passado rural e o presente urbanizado se faz sentir de forma acentuada.

Neste contexto, a Vila de Santa Marinha da Costa emerge como um caso paradigmático. Um lugar marcado por camadas temporais, pela presença de um edificado habitacional disperso e pela erosão das dinâmicas comunitárias que outrora lhe conferiam identidade e propósito. Perante este cenário, propõe-se um modelo de intervenção que não apenas preserve a memória construída, mas que a reinscreva num novo paradigma de habitação coletiva e colaborativa. A reabilitação das estruturas existentes, a demolição de elementos disfuncionais e a adição de novos espaços de partilha constituem a base desta estratégia, visando não apenas responder às necessidades contemporâneas de habitar, mas também fomentar novas formas de interação social e de apropriação do espaço que extravasem o domínio de uma única comunidade.

Assim sendo, o trabalho de projeto, assente numa metodologia de observação, análise e experimentação, procura demonstrar o potencial da regeneração e reintegração destas estruturas enquanto alicerces para um novo modelo habitacional, aplicáveis, acreditamos, às especificidades inerentes da escala territorial.

PALAVRAS CHAVE:

Arquitetura Popular, Reabilitação, Cohousing, Conservação, Habitação Mínima, Habitação Colaborativa

ABSTRACT

This research arises from a personal concern—the way we inhabit and share space has been progressively shaped by logics of privatization and territorial fragmentation, leading to a growing alienation between the individual, the community, and the territory. This phenomenon, amplified by the homogenization of housing models and everyday dynamics, has contributed to the social emptying of numerous spaces, particularly in transitioning territories, where the rupture between a rural past and an urbanized present is especially pronounced.

In this context, the Vila de Santa Marinha da Costa emerges as a paradigmatic case. A place marked by temporal layers, the presence of dispersed residential buildings, and the erosion of community dynamics that once provided it with identity and purpose. Faced with this scenario, an intervention model is proposed that not only preserves the built memory but reinscribes it into a new paradigm of collective and collaborative housing. The rehabilitation of existing structures, the demolition of dysfunctional elements, and the addition of new shared spaces form the basis of this strategy, aiming not only to meet contemporary housing needs but also to foster new forms of social interaction and spatial appropriation that extend beyond the boundaries of a single community.

Thus, the design work, based on a methodology of observation, analysis, and experimentation, seeks to demonstrate the potential for the regeneration and reintegration of these structures as foundations for a new housing model—one that, we believe, can be adapted to the specificities inherent to the territorial scale.

KEYWORDS:

Popular Architecture, Rehabilitation, Cohousing, Conservation, Minimal Housing, Collaborative Housing

MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS

Num contexto em que a arquitetura se depara com desafios cada vez mais urgentes, tanto a nível social, cultural e ambiental, impõe-se a necessidade de reavaliar profundamente a forma como habitamos e partilhamos o espaço, através do questionamento dos modelos convencionais e da exploração de novas estratégias que promovam a convivência, a sustentabilidade e a autenticidade de determinado contexto. O individualismo crescente, refletido na privatização excessiva do território e na fragmentação e homogeneização das dinâmicas comunitárias, contrasta com a riqueza cultural de estruturas em desuso que, se reabilitadas, poderiam tornar-se catalisadores de novas formas de expansão e dinamismo urbano.

A proposta parte, portanto, da exploração do potencial da arquitetura colaborativa e cooperativa, assumindo a comunidade como protagonista de todo o processo. A estratégia assenta na preservação e reinvenção do construído, aproveitando a materialidade e a identidade do lugar como alicerces para uma intervenção que não apenas respeita a preexistência, mas a amplifica e requalifica. Pretende-se demonstrar como, através da adaptação de estruturas existentes e da integração sensível entre espaço privado e comum, é possível desenvolver um modelo habitacional mais sustentável, inclusivo e consciente do território onde se materializa.

Mais do que um exercício de reabilitação, este trabalho de projeto propõe-se como uma reflexão sobre o papel da arquitetura na construção de espaços verdadeiramente coletivos, onde a vivência partilhada não é um nicho a ser usufruído esporadicamente e de forma artificial, mas uma consequência natural de um ambiente pensado para reforçar os laços entre os seus habitantes da forma mais espontânea – e verdadeira – possível.

ESTRUTURA E METODOLOGIA

A estrutura do presente trabalho de projeto assenta num princípio lógico que reflete o próprio processo de trabalho, acompanhando as suas diversas etapas de forma cronológica e coerente. A organização dos conteúdos não surge apenas como um encadeamento de informações, mas como um percurso de investigação e reflexão que parte da compreensão do território e da sua evolução até à formulação de uma proposta concreta.

“01. Nota Introdutória” inicia uma reflexão sobre o ato de habitar e as especificidades do contexto em que nos propusemos intervir. Analisa-se, assim, o fenómeno da transformação dos territórios previamente rurais, com especial atenção ao conceito de “urbano extensivo” e às implicações deste processo na forma como devemos repensar a habitação. Esta secção assume-se, portanto, como um enquadramento fundamental que traça um panorama mais amplo do desenvolvimento territorial recente em Portugal, servindo de base para a análise posterior.

Em **“02. A Vila de Santa Marinha: entre Memória e Transformação”** é conduzida uma leitura aprofundada do caso de estudo, estruturada em três subcapítulos fundamentais. Num primeiro momento, aborda-se a situação atual, expondo os desafios e problemáticas (sobretudo a sua degradação) que caracterizam a vila e que motivam a intervenção. Posteriormente, procede-se a uma análise da sua evolução morfológica, revisitando a sua historicidade e as camadas temporais que moldaram a sua configuração presente. Por fim, examina-se a sua dimensão material, considerando os aspetos tectónicos, construtivos e expressivos do edificado, elementos essenciais para qualquer abordagem projetual. É neste ponto que se introduzem casos de estudo igualmente pertinentes num contexto próximo, que ajudam a consolidar a reflexão e a preparar o caminho para a fase seguinte da investigação.

Importa destacar que, neste primeiro processo de análise, o registo fotográfico in situ, o esboço, as anotações, o cruzamento de fotografias históricas, a consulta de ortofotomapas, o processo de levantamento vetorial e, sobretudo, o contacto direto com habitantes e indivíduos com vínculo à vila revelaram-se ferramentas essenciais. Estes elementos não só enriqueceram a perceção do lugar, como permitiram construir uma imagem mais concreta e verdadeira do contexto com que fomos confrontados, assegurando que qualquer tomada de decisão projetual fosse profundamente enraizada na realidade do território.

Em **“03. Do Abandono à Reintegração: a Proposta de Intervenção”** concretiza-se a estratégia desenvolvida para a Vila de Santa Marinha, partindo da análise territorial e material previamente realizada. A proposta assenta na reabilitação e reinterpretação das estruturas existentes, promovendo um modelo habitacional colaborativo capaz de responder aos desafios contemporâneos. Num primeiro momento, apresentam-se as linhas gerais da intervenção, expondo a lógica do projeto e a sua relação com a envolvente. De seguida, explora-se o conceito de cohousing, refletindo sobre as suas vantagens no contexto específico da vila e a sua relevância face aos modelos convencionais de habitação coletiva.

A proposta desdobra-se em três escalas de intervenção. “Da Dimensão Pública” aborda o redesenho do espaço exterior e a sua devolução à comunidade, contrariando processos de fragmentação e privatização. “Da Dimensão Comum” foca-se nos espaços partilhados dentro do conjunto habitacional, essenciais para fortalecer os laços sociais e articular a construção com a paisagem. “Da Dimensão Privada” detalha a estratégia para as habitações, apresentando um modelo-tipo flexível, replicável e adaptável às preexistências.

“04. Considerações finais” encerra o trabalho com uma reflexão crítica pessoal sobre a pertinência da abordagem adotada, sublinhando a necessidade de um modelo habitacional que privilegie a coletividade e a sustentabilidade. Defende-se, assim, a importância de estratégias que contrariem a homogeneização territorial, promovendo formas de habitar mais flexíveis, colaborativas e enraizadas no contexto específico em que se inserem.

ÍNDICE

01. NOTA INTRODUTÓRIA (P.20)

02. A VILA DE SANTA MARINHA: ENTRE MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO

A Situação Atual (P.30)

A Evolução Morfológica (P.42)

A Dimensão Material (P.58)

Casos de estudo semelhantes (P.62)

03. DO ABANDONO À REINTEGRAÇÃO: A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A Estratégia (P.78)

Uma “nova forma” de pensar a habitação coletiva... (P.82)

Da Dimensão Pública... (P.88)

Da Dimensão Comum... (P.90)

Da Dimensão Privada... (P.114)

04. CONSIDERAÇÕES FINAIS (P.132)

05. ÍNDICE DE FIGURAS (P.134)

06. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (P.138)

NOTA INTRODUTÓRIA

“Penso que estamos de acordo quanto ao facto de que algo como a arquitectura é possível porque o homem é um ser habitante. A habitação – ou melhor, o nexo entre construção e habitação – é o a priori, a condição de possibilidade, da arquitectura. A arquitectura é a arte da construção, na medida em que é, também, arte da habitação.”

Giorgio Agamben, Revista Punkto “Habitar e Construir”

Esta dualidade do termo é refletida por Giorgio Agamben (2019) que menciona, entre outros, estudos feitos por Émile Benveniste. Ao analisar as origens de palavras relacionadas com “casa”, sublinha a diferença entre duas noções principais: a casa enquanto espaço de pertença social e a casa enquanto estrutura física. Enquanto a primeira ideia expressa um sentido de “estar em casa” que envolve vínculos relacionais (familiares ou outros), a segunda remete para um espaço físico. Essas duas noções, embora se sobreponham e se evidenciem no espaço, representam realidades e significados distintos. Estar em casa, não corresponde somente a estar dentro de um edifício, é também sentir-se parte de uma estrutura social e cultural, justamente porque o Homem é, na sua essência, um ser habitante e social. Habitar é, portanto, uma necessidade intrínseca à condição humana.

Perante o contexto nacional atual, onde o acesso à habitação se revela cada vez mais desafiante, temos assistido ao ressurgimento de debates e raciocínios em torno desta complexa questão. A crise habitacional que se tem intensificado ao longo da última década, – cujo impacto se tem sentido de forma mais intensa nos grandes centros urbanos – leva-nos a questionar a forma como percebemos o nosso ambiente construído, ainda que seja resultante de outros fatores complexos e interdependentes que ultrapassam questões do campo da Arquitetura. Não sendo a intenção do presente trabalho um aprofundamento teórico multidisciplinar sobre a habitação, importa, no entanto, tecer algumas considerações sobre a mediação da questão em si. A dicotomia Rural / Urbano (ou Campo / Cidade) ainda propagada amplamente enquanto princípio estruturante para o entendimento do território, revela-se desadequada para explicar a complexidade do nosso território contemporâneo e a maneira como o habitamos, resultando numa compreensão limitada da paisagem construída e, consequentemente, originando más práticas de coesão territorial e social.

Ao olharmos para Portugal nos anos 50 deparamo-nos com um país



FIG. 1| Foto de uma das entradas da Vila de Santa Marinha da Costa

- 1| Um artigo particularmente interessante sobre a realidade de Portugal nos anos 50 e a sua evolução nas décadas seguintes foi escrito por José Portela, em 1997, no âmbito do seminário internacional “A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território”. O artigo em questão é intitulado “O meio rural em Portugal: entre o Ontem e o Amanhã”. Nele, o autor lança um olhar objetivo sobre este período da história de Portugal e procura articular as diferentes questões que contribuíram para o desenvolvimento urbano, nomeadamente os fluxos migratórios, o processo de industrialização e a infraestruturação do território.
- 2| Termo utilizado por Álvaro Domingues, no seu livro “A Vida no Campo”, em inúmeras instâncias, para descrever o processo de erradicação da prática agrícola enquanto meio de subsistência familiar e de identidade sociocultural.
- 3| Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral em “Políticas Urbanas II: Transformações, Regulação e Projectos” (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011) p.120

evidentemente rural – uma sociedade cujo desenvolvimento se cingia à exploração intensiva da atividade agrícola como meio de subsistência, sobretudo na região do Minho. Como tal, não é de admirar que os centros urbanos representassem uma ínfima parte da composição total do território, tanto de um ponto de vista demográfico como de relevância para o desenvolvimento do país na sua generalidade. Nas décadas seguintes, Portugal experienciou um rápido processo de modernização sobre a sua matriz socioeconómica rural, com o avanço da industrialização – bem como a subsequente emancipação do setor terciário¹. Este processo não resultou numa rutura completa com o mundo rural, mas numa sobreposição de novas lógicas urbanas sobre um suporte físico preexistente. Dentro dessas novas lógicas surgiu também um novo princípio de mobilidade territorial com a introdução do automóvel. Somou-se, ainda, um conjunto extenso de vias e autoestradas que dotaram os residentes dessas localidades de uma mobilidade especial como nunca experienciada, sobretudo no que respeita às deslocações pendulares entre as suas habitações e o trabalho. A rápida transformação do território - a sua “desruralização”², industrialização e infraestruturação - transformou radicalmente a paisagem urbana e, por consequência, a sua população e a forma como ela habita e se movimenta no mesmo.

Esta nova realidade com que somos confrontados atualmente – segundo um princípio de “urbanização extensiva”³- resulta num crescimento progressivo sobre o território na sua generalidade, marcado por uma lógica de fragmentação que combina elementos de diversas épocas e propósitos. Neste processo, diversas habitações singulares e núcleos habitacionais coexistem - uma assumida rutura entre passado e presente, onde habitações se encontram ocupadas, outras abandonadas, muitas vezes encarando-se. Estes elementos abandonados - e extremamente recorrentes na atualidade - revelam-se objetos de estudo bastante pertinentes, embora sejam vistos como marcas de descontinuidade e sejam frequentemente deixados à sua destruição. No entanto, acreditamos que o crescimento não linear caraterístico da urbanização extensiva permite que haja espaço para a reinterpretação e reintegração dos vestígios do passado no tecido urbano, adaptando-os às exigências do presente. Acreditamos que a reabilitação e reutilização destes elementos, embora não suficiente por si só, pode servir como uma estratégia sustentável para a revitalização de comunidades e do território como um todo, garantindo também a otimização de recursos e reduzindo a pressão sobre novos desenvolvimentos. Para ilustrar essa dinâmica, optamos por intervir sobre um caso de estudo específico: a Vila de Santa Marinha da Costa. Este exemplo, representativo de muitos outros fragmentos semelhantes, permite-nos demonstrar como a reabilitação de núcleos habitacionais abandonados neste contexto em particular pode oferecer soluções perante os desafios contemporâneos de habitar.

“Num mundo cada vez mais globalizado, temos de construir a nossa identidade sem preconceitos, ou clichés. Esta identidade que nos dá conforto e segurança, que nos faz “sentir em casa”, é resultado de um processo de experiência e classificação, em que nos revemos em determinadas vivências e acontecimentos anterior e que nos permite construir a história da nossa existência, enquadrá-la no presente e projetá-la para o futuro, mantendo uma certa tradição. Uma tradição aqui encarada não como oposição à modernidade, mas com a necessidade de uma referência, de um território.”

Pedro Alarcão, “Construir a ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga” (p.12).

FIG. 2 | Foto de criança a habitar na Vila de Santa Marinha



02

A VILA DE SANTA MARINHA: ENTRE MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO

A Situação Atual
A Evolução Morfológica
A Dimensão Material
Casos de estudo semelhantes

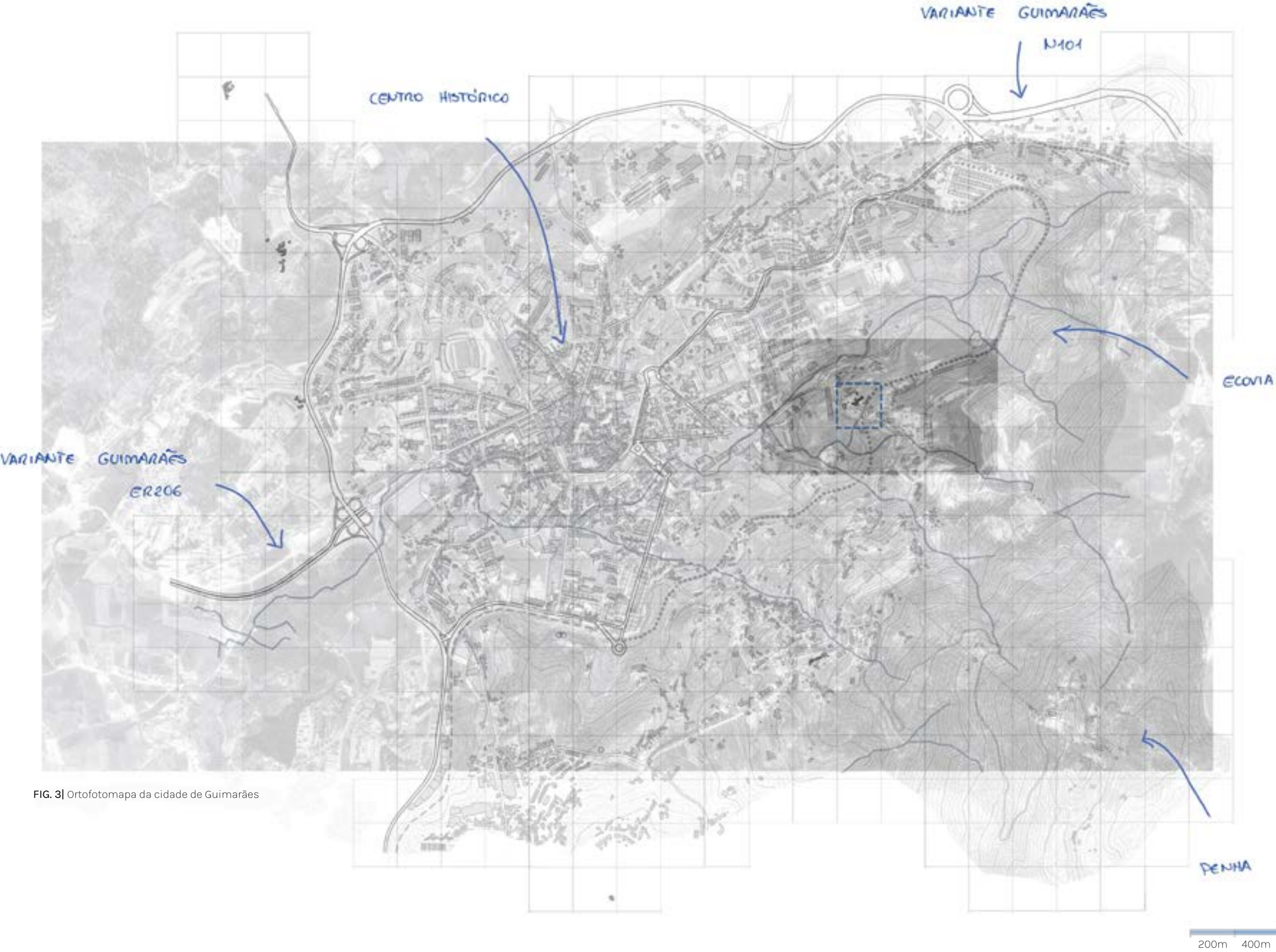
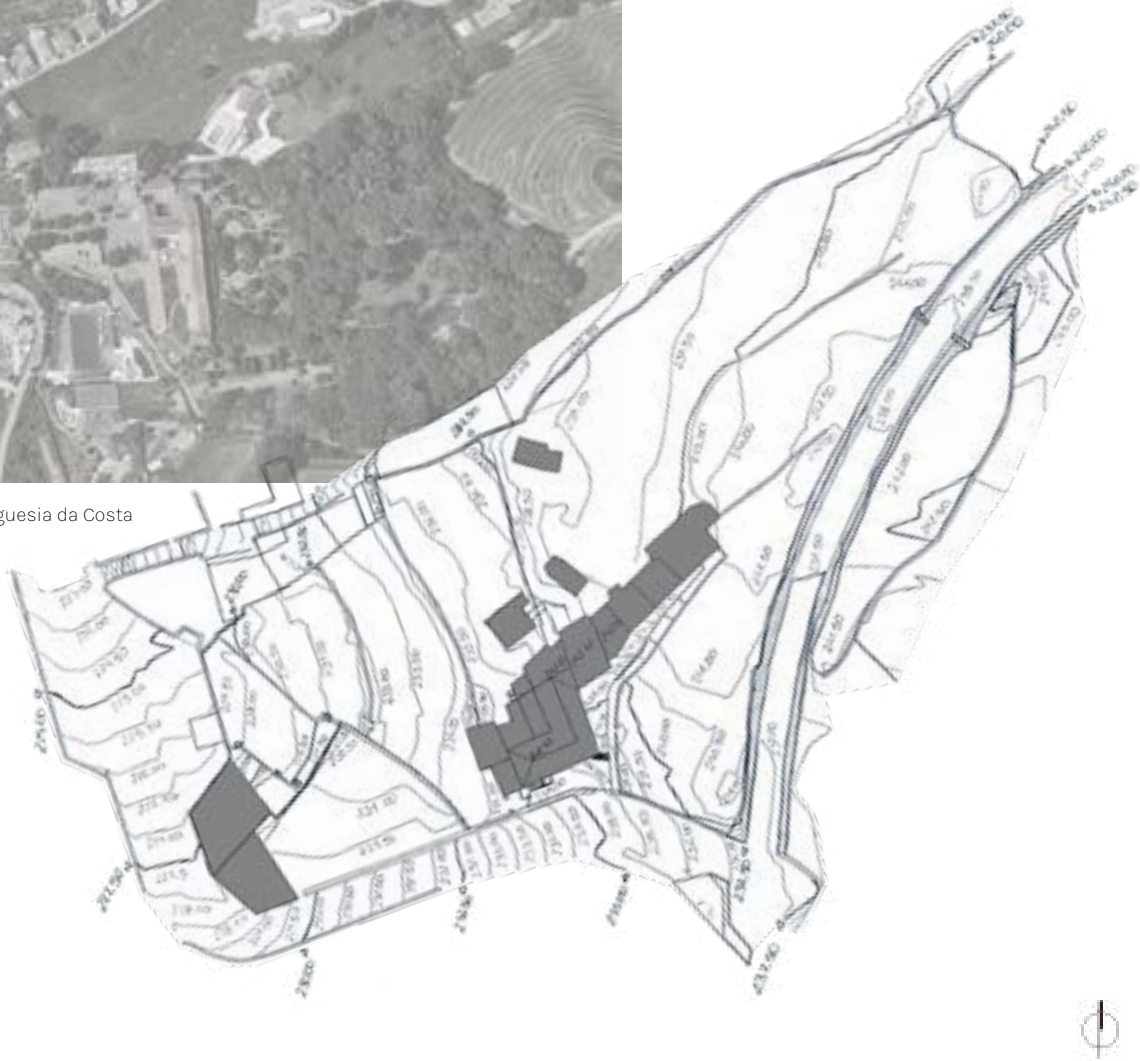


FIG. 3| Ortofotomapa da cidade de Guimarães



FIG. 4| Ortofotomapa da envolvente da Vila de Santa Marinha, na freguesia da Costa
FIG. 5| Desenho de conhecimento do objeto de estudo



A SITUAÇÃO ATUAL

A Vila de Santa Marinha, - localizada na freguesia da Costa, no município de Guimarães - trata-se de um núcleo habitacional enquadrado numa extensa parcela previamente agrícola, atualmente em avançado estado de degradação, salvo alguns elementos excepcionais pontuais. O local onde se insere reflete de forma clara a complexidade do urbano extensivo, caracterizando-se por confrontações que ilustram diferentes dinâmicas de uso e ocupação do território. A norte, por extensos terrenos agrícolas particulares, que testemunham a longa relação histórica deste contexto com práticas rurais. Já a sul e a oeste, é delimitado por uma estrada nacional (N101), evidenciando a conexão com infraestruturas de mobilidade que integram a vila a uma rede mais ampla de acessos e fluxos contemporâneos. Adicionalmente, a proximidade a uma ecovia (ligação entre Guimarães e Fafe), a este, estabelece uma ligação simbólica e prática com novas formas de valorização ambiental e recreativa do território. Esta combinação de elementos - agrícola, infraestrutural e ecológico - posiciona a Vila de Santa Marinha num lugar de intersecção, denotando assim a tensão - e as possibilidades - entre o passado rural e os desafios contemporâneos do urbano extensivo.

Atualmente, das trezes casas que compõe o conjunto, apenas duas permanecem ocupadas (por duas moradoras sénior), evidenciando assim o estado de abandono que reflete a longa e desafiante história deste lugar. A relação intrínseca entre as habitações e o seu terreno de implantação, em tempos o seu meio de subsistência, revela uma dinâmica de interdependência que se tem vindo a desintegrar com o passar das décadas, acompanhando as mudanças socioeconómicas e demográficas que conduziram ao esvaziamento progressivo da Vila.

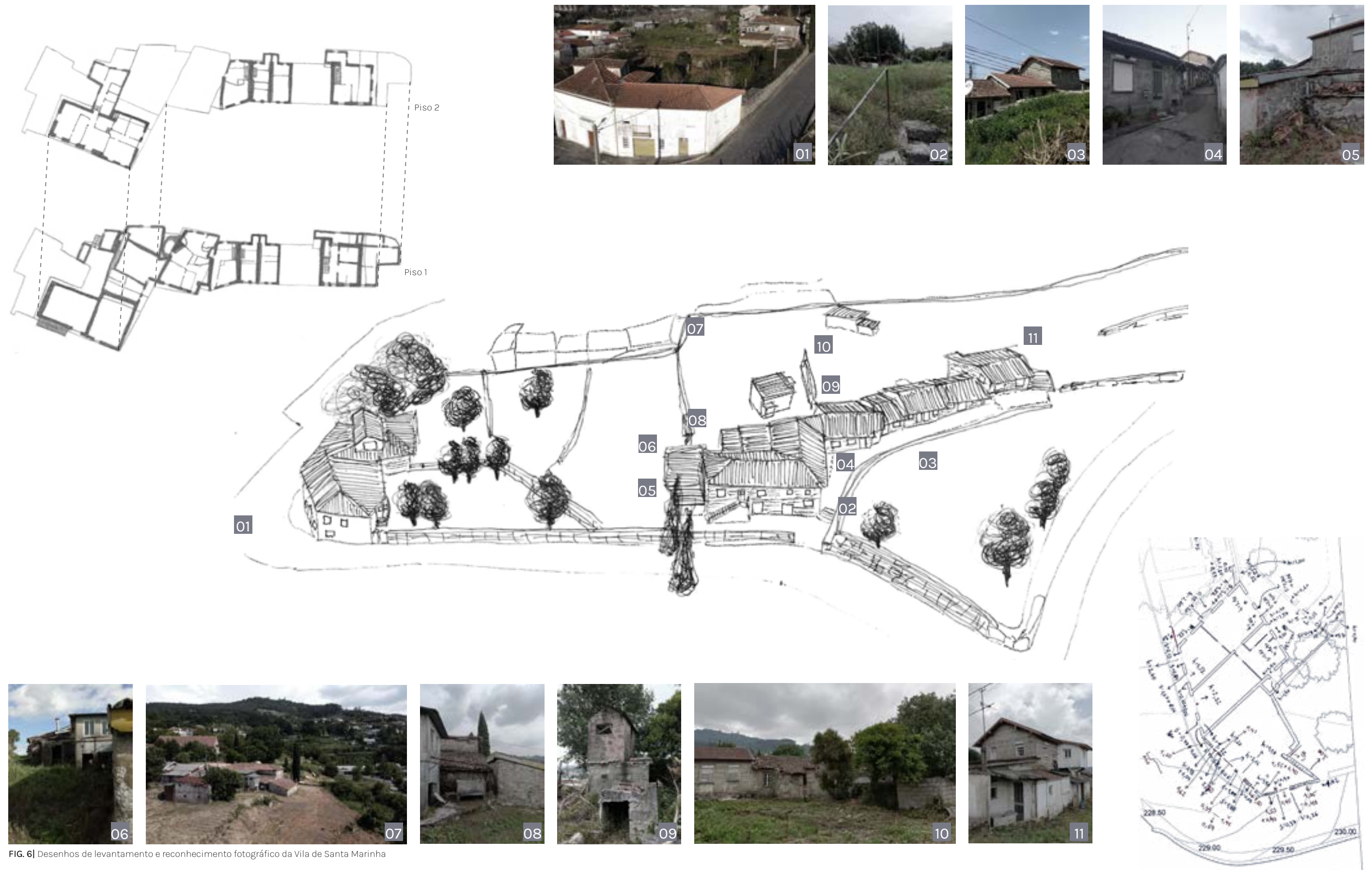


FIG. 6] Desenhos de levantamento e reconhecimento fotográfico da Vila de Santa Marinha



FIG. 7| Estudo da compartimentação das habitações

Cada habitação da Vila possui características únicas e, embora a diversidade seja evidente, a área ocupada pelas construções residenciais corresponde a apenas um décimo da extensão total do terreno, representando uma pequena parcela do conjunto arquitetônico. As áreas das habitações contíguas variam entre 20 m² e 60 m² de implantação, com exceção da casa principal, marcadamente rural, que se destaca no conjunto. Com cerca de 175 m², esta casa é o elemento mais imponente da vila e servira, em tempos, como habitação dos senhores do terreno. Denota-se ainda a existência de mais duas habitações contíguas, afastadas do núcleo habitacional, de maior dimensão e qualidade construtiva, uma com 295 m² e outra com aproximadamente 200 m², que possuem relação direta com a via que delimita o terreno.

Além das diferenças de área útil, as habitações apresentam ainda configurações espaciais distintas. Predominam habitações de piso único (as de menor dimensão), enquanto as de maior dimensão são majoritariamente dotadas de dois pisos. Denota-se ainda uma maior complexidade na articulação dos espaços nas habitações de maior dimensão, frequentemente organizadas através de corredores e halls que conferem uma hierarquia funcional e uma separação mais clara entre as diferentes zonas da casa, como áreas sociais, privadas e de serviço. Em contraste, as habitações de menor área apresentam uma organização espacial mais direta, onde os espaços sucedem uns aos outros de forma sequencial, sem intermediários, resultando numa maior economia funcional e numa simplicidade que reflete as necessidades práticas das famílias.

Complementares às habitações surgem ainda vários anexos, com propósitos distintos, ao longo de todo o terreno, desde espaços de armazenamento, zonas técnicas, galinheiros abandonados, entre outros. A necessidade que levou à criação de tantos anexos ilustra, em primeira instância, a precariedade de grande parte das habitações, muito antes delas próprias terem sido abandonadas, assim como a variação nas condições socioeconômicas e nas exigências de conforto. O terreno, por sua vez, encontra-se tomado por vegetação espontânea ao longo de toda a sua extensão, dificultando e, por vezes, impossibilitando, o simples ato de deambulação.



FIG. 8| Registo fotográfico do interior das Construções - referente à Planta 1



FIG. 9| Planta 1 (Existente) _ s/esc.



FIG. 10| Planta 1 (Ocupação do Espaço Interior) _ s/esc.



FIG. 11| Registo fotográfico do interior das Construções - referente à Planta 2



FIG. 12| Planta 2 (Existente) _ s/esc.



FIG. 13| Planta 2 (Ocupação do Espaço Interior) _ s/esc.



FIG. 14| Registo fotográfico da Família da Senhora Miquinhas
- A Senhora Miquinhas depois de se casar em 1964 foi morar para a Vila de Santa Marinha com o Marido. Habitou na casa número 113 e foi onde ela criou os seus 5 filhos sozinha, pois o seu marido falecer pouco tempo depois do seu filho mais novo nascer. A casa número 113 é uma das com áreas reduzidas, a organização da casa é uma sucessão de espaços, tendo este apenas 4 cômodos, o quarto do casal que se encontra na primeira divisão da casa, depois uma pequena cozinha e instalação sanitária, e um mezanino onde dormiam 3 dos seus filhos. O filho mais novo dormia com a senhora no quarto da frente, e a filha mais velha dormia na vizinha.



FIG. 15| Registo fotográfico do interior das Construções - referente à Planta 3



FIG. 16| Planta 3 (Existente) _ s/esc.

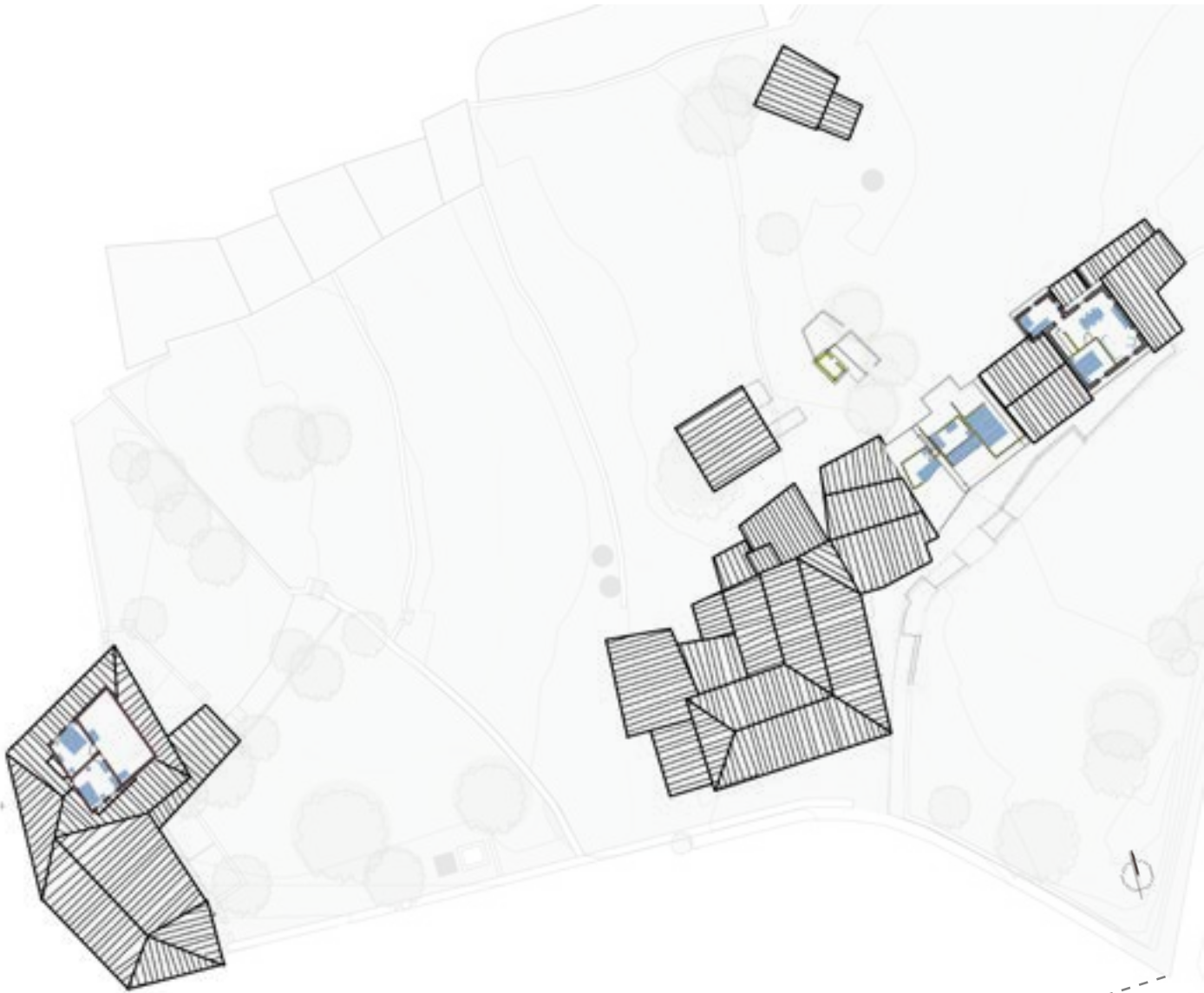


FIG. 17| Planta 3 (Ocupação do Espaço Interior) _ s/esc.



FIG. 18| Registo fotográfico da Família da Senhora Miquinhas (2)
- Numa conversa com as filhas da Senhora Miquinhas e a neta, estas recordam-se que a rua de acesso às casas era o ponto de convivência entre todos os moradores e era onde as crianças brincavam. As portas das casas estavam sempre abertas possibilitando as crianças terem a liberdade andarem de casa em casa.

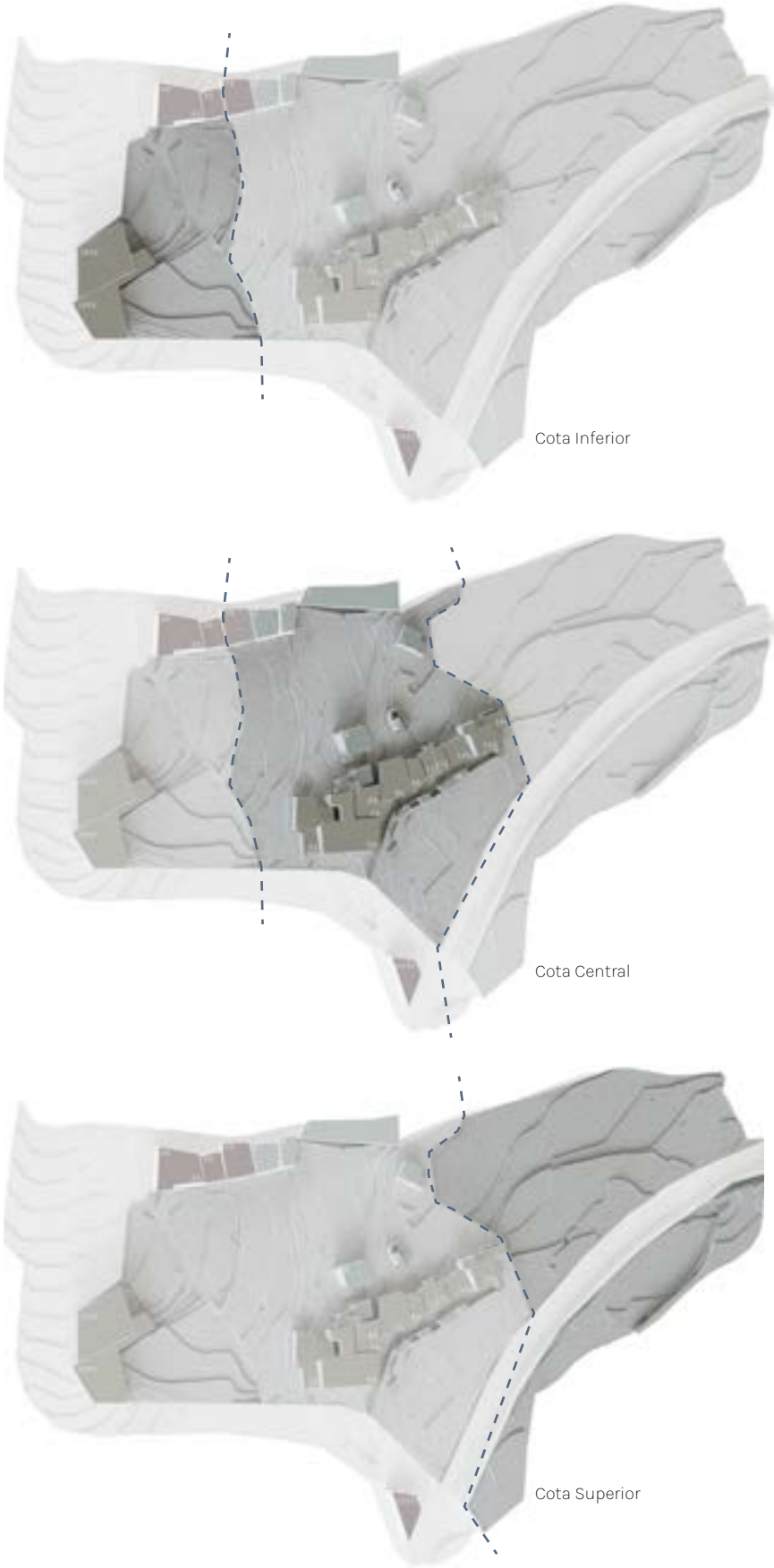


FIG. 19| Divisão da parcela do conjunto habitacional

4|

Família abastada, reconhecida em Guimarães por volta de 1890.

A EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

Através de uma conversa com a antiga proprietária da Vila, a senhora Isabel Cunha, descobrimos que o terreno pertenceu à Família Ribeiro da Cunha⁴, tendo sido passada de geração em geração, mantendo-se sempre um espaço de habitação própria e de produção autossuficiente, predominando os produtos provenientes das vinhas e do pomar cultivados no local. O seu estado de degradação atual apenas se iniciou quando a proprietária deixou de ser capaz de manter e intervir sobre conjunto, de modo a proporcionar um estilo de vida apropriado aos seus residentes, condição que levou a que o terreno fosse colocado para venda.

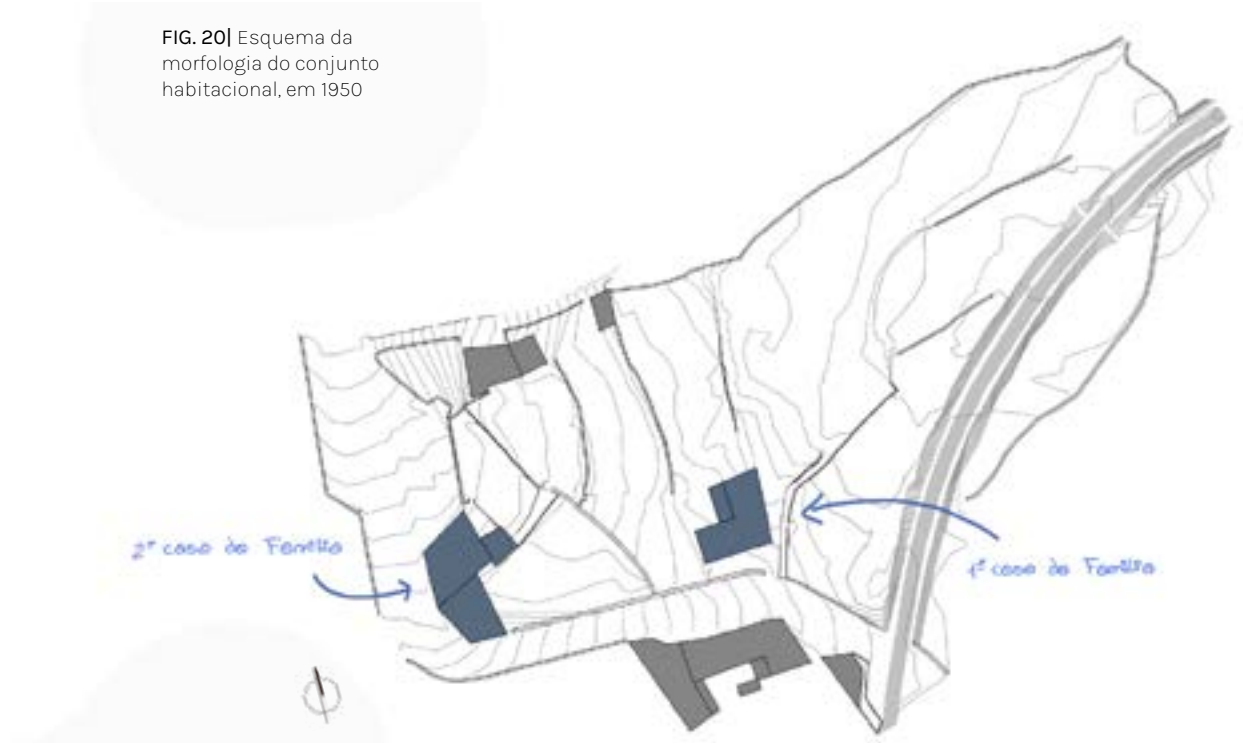
O terreno encontrar-se-ia subdividido em três partes distintas. Embora se encontre atualmente abandonado, denota-se esta subdivisão devido a elementos físicos no local que ainda perduram, tais como muros de suporte. Na **cota inferior** encontra-se, ainda, a área incorporada à parcela num momento posterior à primeira geração da família, que permitiu a expansão tanto do espaço habitacional quanto agrícola, incluindo a construção das duas habitações fora do núcleo habitacional previamente enunciadas e a criação de socalcos com diversas árvores de fruto. Na **cota central**, situa-se a casa principal, a primeira habitação da família, que também funcionava como casa agrícola, evidenciada por elementos como um lagar e compartimentos para armazenamento de produtos e ferramentas rurais. Já na **cota superior**, predominava a produção agrícola, com destaque para o cultivo de vinhas e legumes até que, em 1907, a construção da linha férrea dividiu esta área em duas margens. Desde então, um desses fragmentos permaneceu isolado, acabando por ser completamente abandonado e tomado por vegetação espontânea, mesmo após a linha férrea ter sido reconvertida na atual ecovia.

A partir dos anos 60, derivado da incapacidade da família cuidar do campo, surgiu a necessidade de contratar um lavrador para a lida diária da quinta, e, conseqüentemente, a criação de uma habitação para o mesmo. Esta casa, construída adjacente à habitação principal, é uma das únicas habitações atuais com acesso direto ao campo do conjunto habitacional. Com o passar dos anos, o conjunto testemunhou algum desenvolvimento devido à construção de novas habitações – agora de menor escala, com menos recursos e de forma espontânea - destinadas a albergar cidadãos locais que procuravam a periferia da cidade para se instalarem perto dos respetivos locais de trabalho, sobretudo na cidade de Guimarães.

As habitações foram erguidas sucessivamente, partilhando entre si paredes portantes e acompanhando o desnível natural do terreno agrícola. A envolvente exterior foi sendo apropriada pelos moradores de modo a facilitar a sua rotina quotidiana (por exemplo, para a secagem de roupas), uma vez que estes só tinham acessibilidade à singular rua de entrada na Vila e à pequena porção de terreno que se encontra imediatamente adjacente, a uma cota ligeiramente superior. Mais tarde, esta rua foi pavimentada e foram anexados novos compartimentos de apoio às casas, situados na sua parte frontal, que serviriam como arrecadação ou até de lavandaria.

A partir de 2010, observa-se uma progressiva redução da importância da produção agrícola, que foi perdendo espaço ao longo dos anos até ser completamente abandonada na última década. Perante o óbito ou a mudança dos habitantes do conjunto habitacional, as casas foram sendo deixadas disponíveis, procuradas e reabitadas por casais em início de vida conjugal e, por vezes, familiares dos próprios residentes ao longo de vários anos. Devido à rápida mudança demográfica do conjunto, estes espaços foram submetidos a constantes adaptações até ao momento presente.

FIG. 20| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1950



A EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

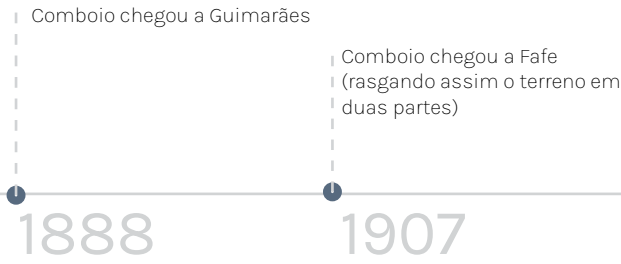


FIG. 21| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1975

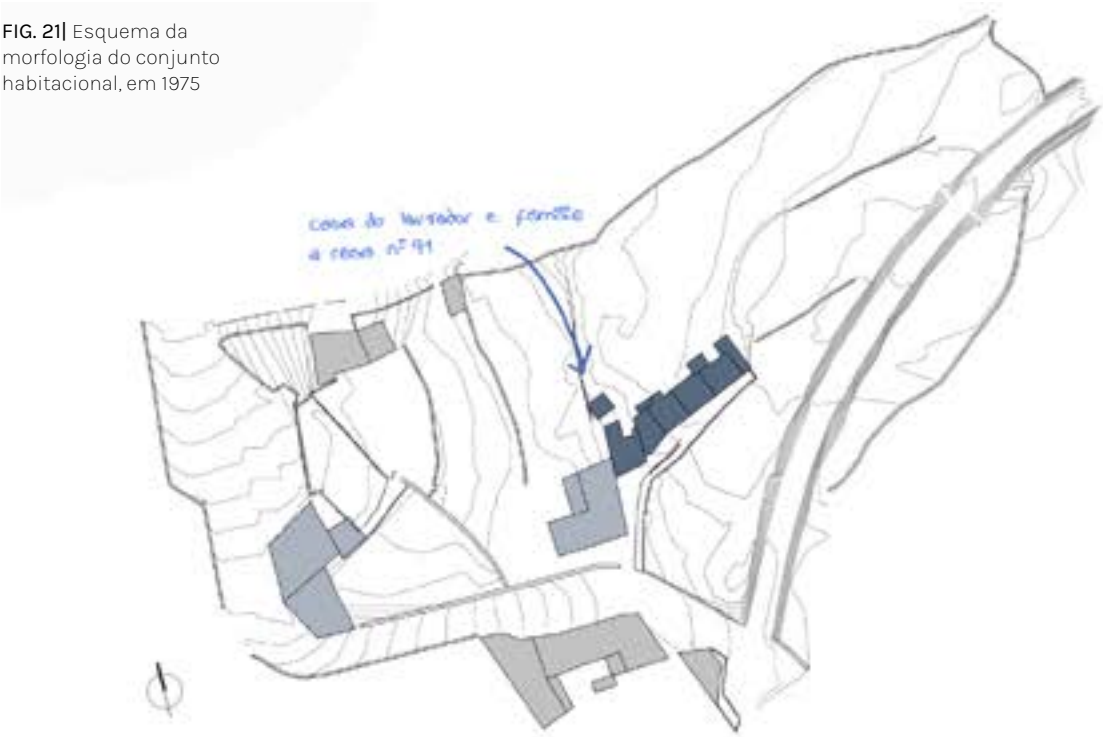
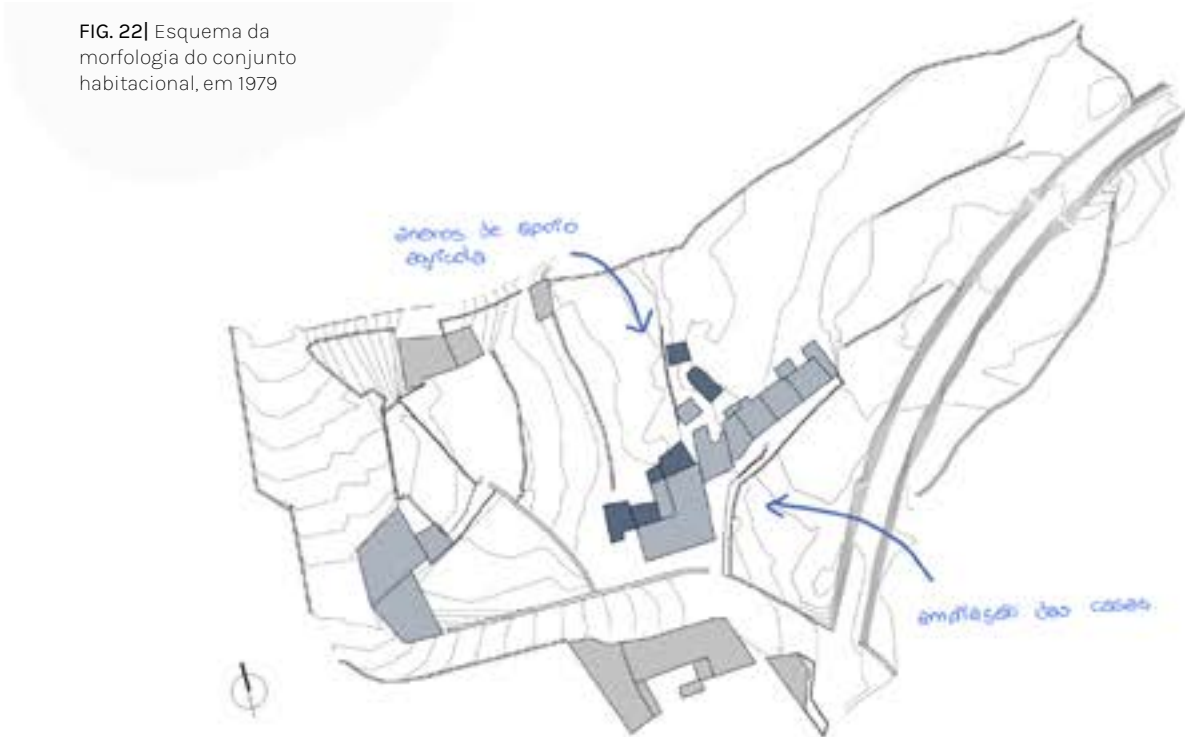


FIG. 22| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1979



1960

1965

1970

1975

1976

1977

1978

1979

FIG. 23| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1980



FIG. 24| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1990



O serviço ferroviário foi desativado

1980

1981

1982

1983

1984

1986

1988

1990



FIG. 25| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2002

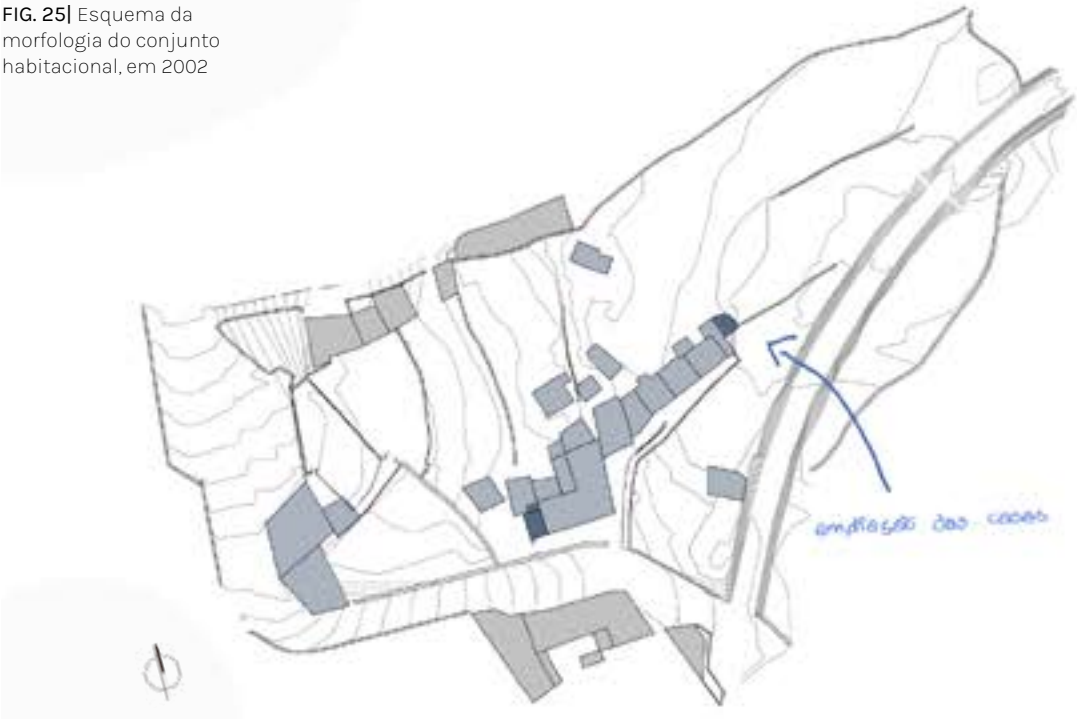


FIG. 26| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2006



Fafe inaugurou a Pista de Cicloturismo

Guimarães completa o trajeto da Pista de Cicloturismo

1996 1999 2000 2002 2003 2004 2005 2006



FIG. 27| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2007

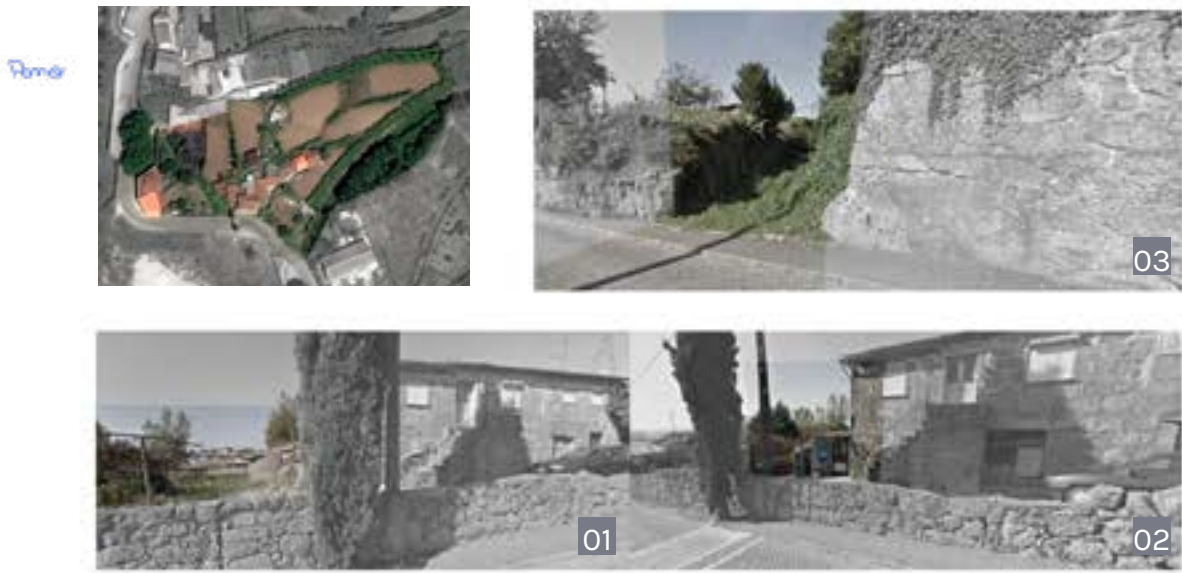


FIG. 28| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2012



2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

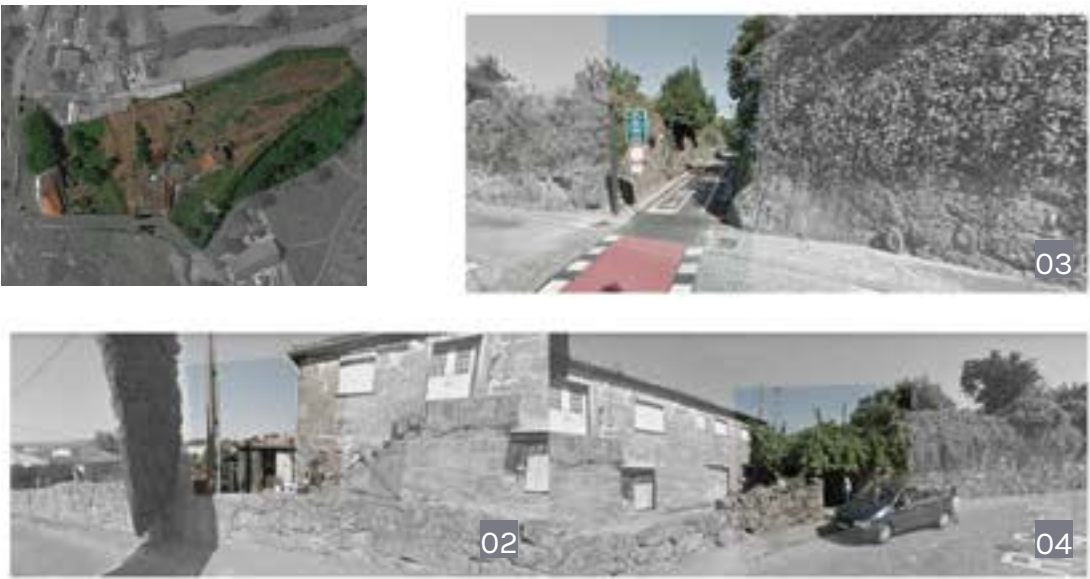


FIG. 29| Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2018



O terreno foi comprado pela nve
Pista de Cicloturismo é inaugurada

2015

2016

2017

2018

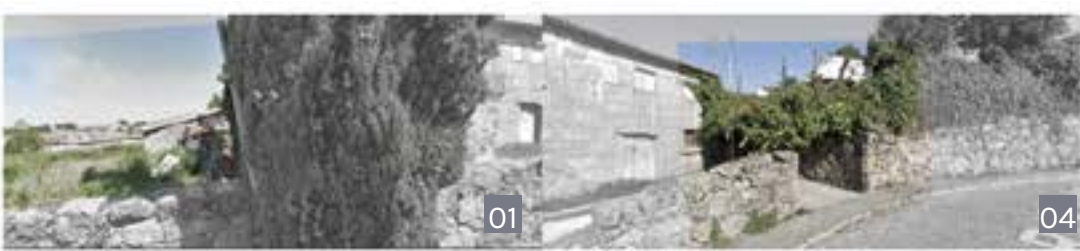


FIG. 30| Ortofotomapa da morfologia do conjunto habitacional, em 2019

2019

2020

2023

2025



FIG. 31| Esquema das construções do conjunto habitacional

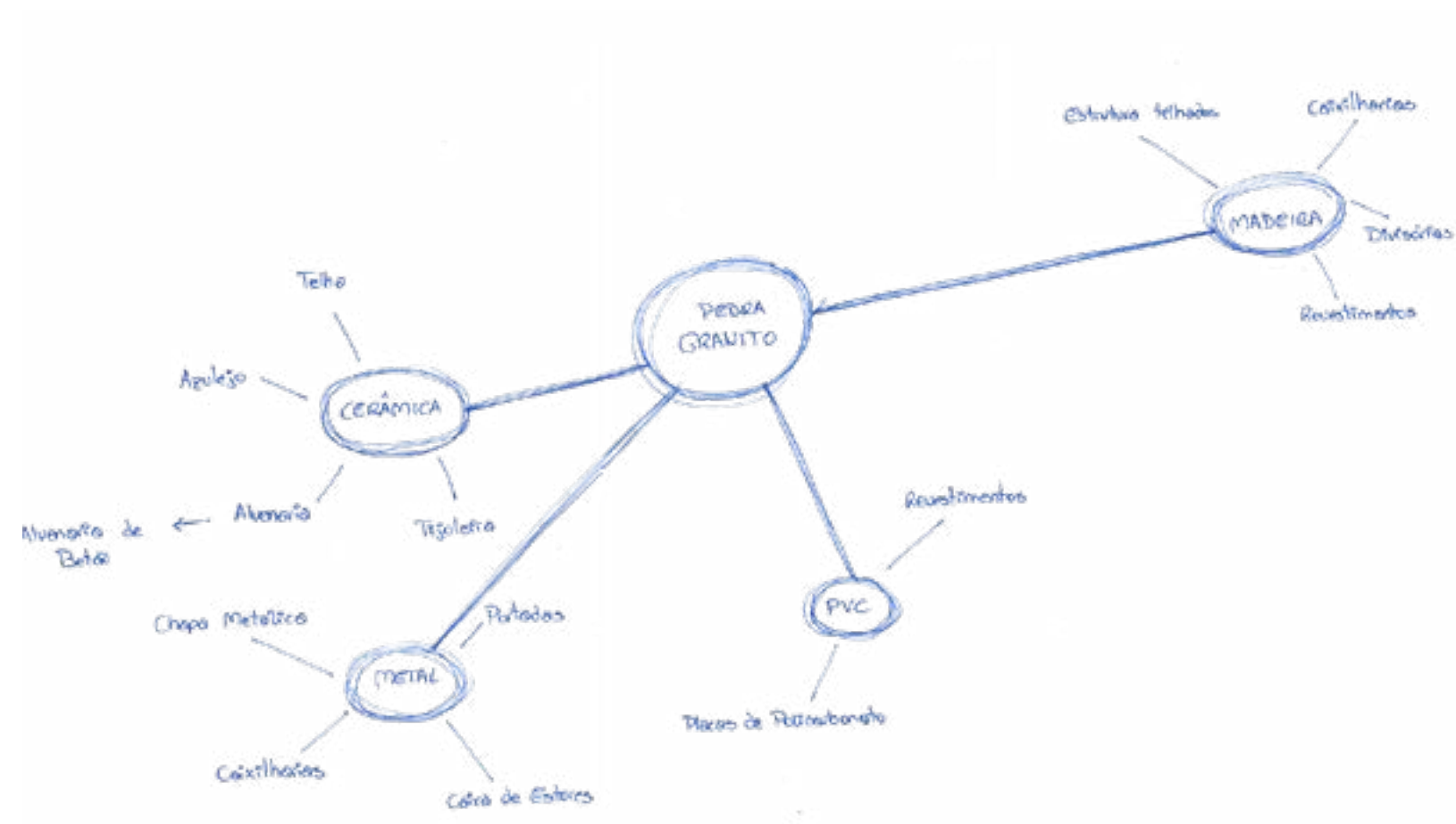


FIG. 32| Esquema de materiais existentes no local

A Dimensão Material

O processo construtivo e a expressividade da Vila de Santa Marinha refletem a relação intrínseca entre a Arquitetura Popular e a Arquitetura Vernacular, traduzindo uma adaptação funcional às necessidades locais e ao contexto agrícola envolvente. As edificações, realizadas com recursos e técnicas limitados, mas disponíveis no seu meio, são um testemunho das práticas tradicionais que aliam funcionalidade e identidade cultural. A organização espacial da vila, espontaneamente moldada ao longo do tempo, integra-se com as dinâmicas sociais, económicas e ambientais da comunidade, evidenciando alterações, adições e subtrações que respondem às necessidades socioeconómicas de cada época. O traço distintivo destas construções reside na sua simplicidade pragmática e ausência de ornamentação excessiva, priorizando sempre a funcionalidade.

O uso de materiais acessíveis na região, nomeadamente o granito e a madeira, são transversais a todas as habitações - granito, enquanto elemento estrutural aparelhado nas paredes autoportantes e como laje térrea e a madeira enquanto revestimento e subestrutura para as coberturas, devido ao seu carácter mais leve e flexível. Denotam-se, no entanto algumas diferenças noutros elementos da composição das habitações, consoante a sua dimensão, que importam denotar.

As estruturas dos telhados variam entre as habitações, uma vez que as unidades mais pequenas apresentam estruturas de telhado expostas, enquanto as habitações de maior dimensão possuem asnas mais desenvolvidas, ainda que ocultas por revestimentos em madeira. Já as intervenções mais recentes revelam uma mistura de alvenarias, tanto cerâmicas como de betão, em anexos e estruturas complementares. Os acabamentos interiores são maioritariamente pintados diretamente na pedra ou em cerâmica, como a tijoleira e o azulejo, e os materiais da cobertura - e o seu prolongamento e até mesmo remendos - incluem placas de PVC e metálicas.

As caixilharias são predominantemente de madeira tratada com verniz e tinta, mas nas intervenções recentes denotam-se caixilharias metálicas. No entanto, uma vez que na fachada Sul se procurou maximizar a recetividade de luz natural, é possível verificar a existência de proteções solares tais como caixas de estores exteriores ou portadas. Ainda assim, uma parte significativa dos habitantes optou também pela colocação de placas de policarbonato sobre os vãos, devido à sua translucidez e propriedades de retenção de calor, servindo tanto como abrigo de acesso às habitações como para secagem de roupa.

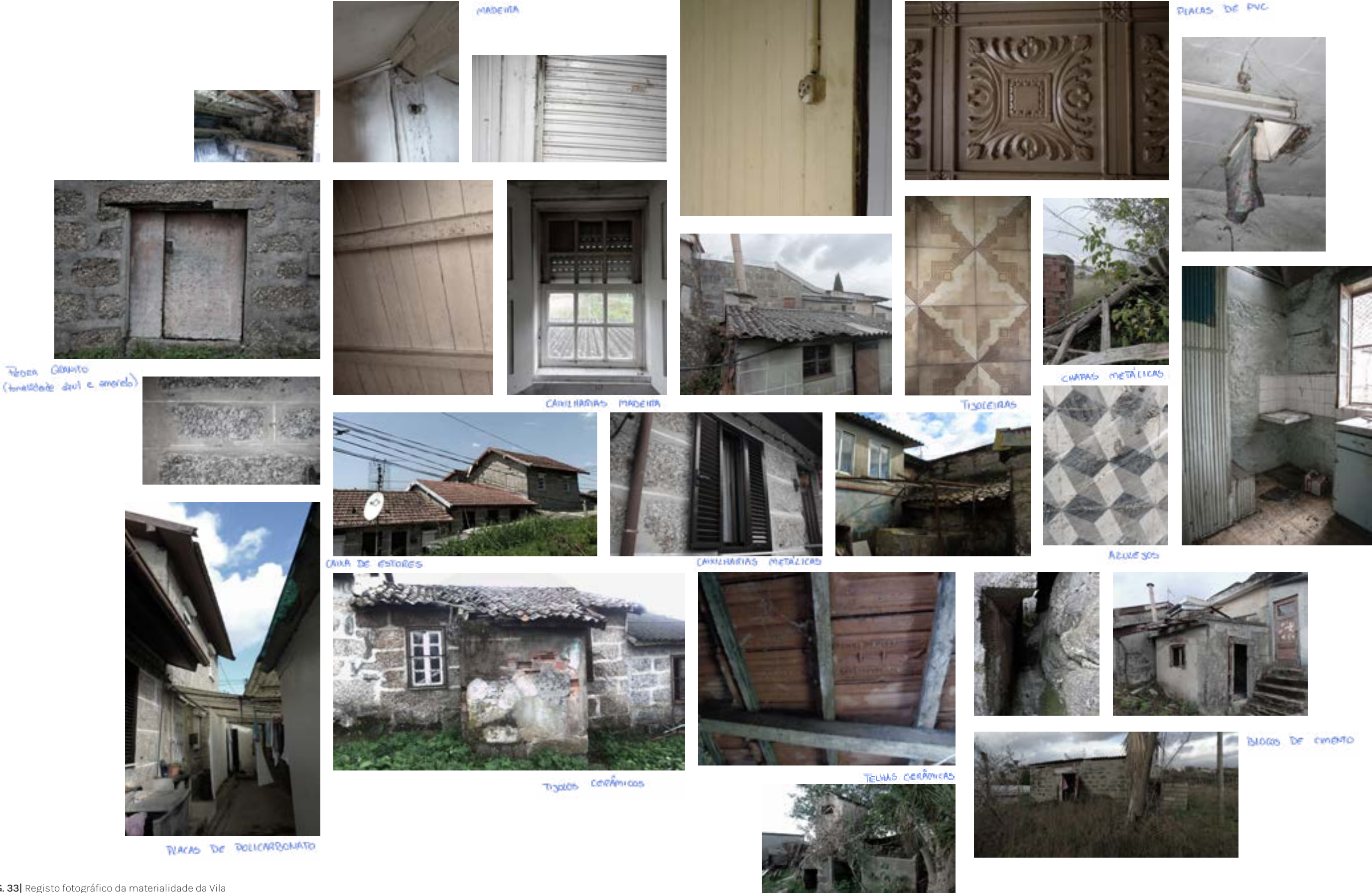
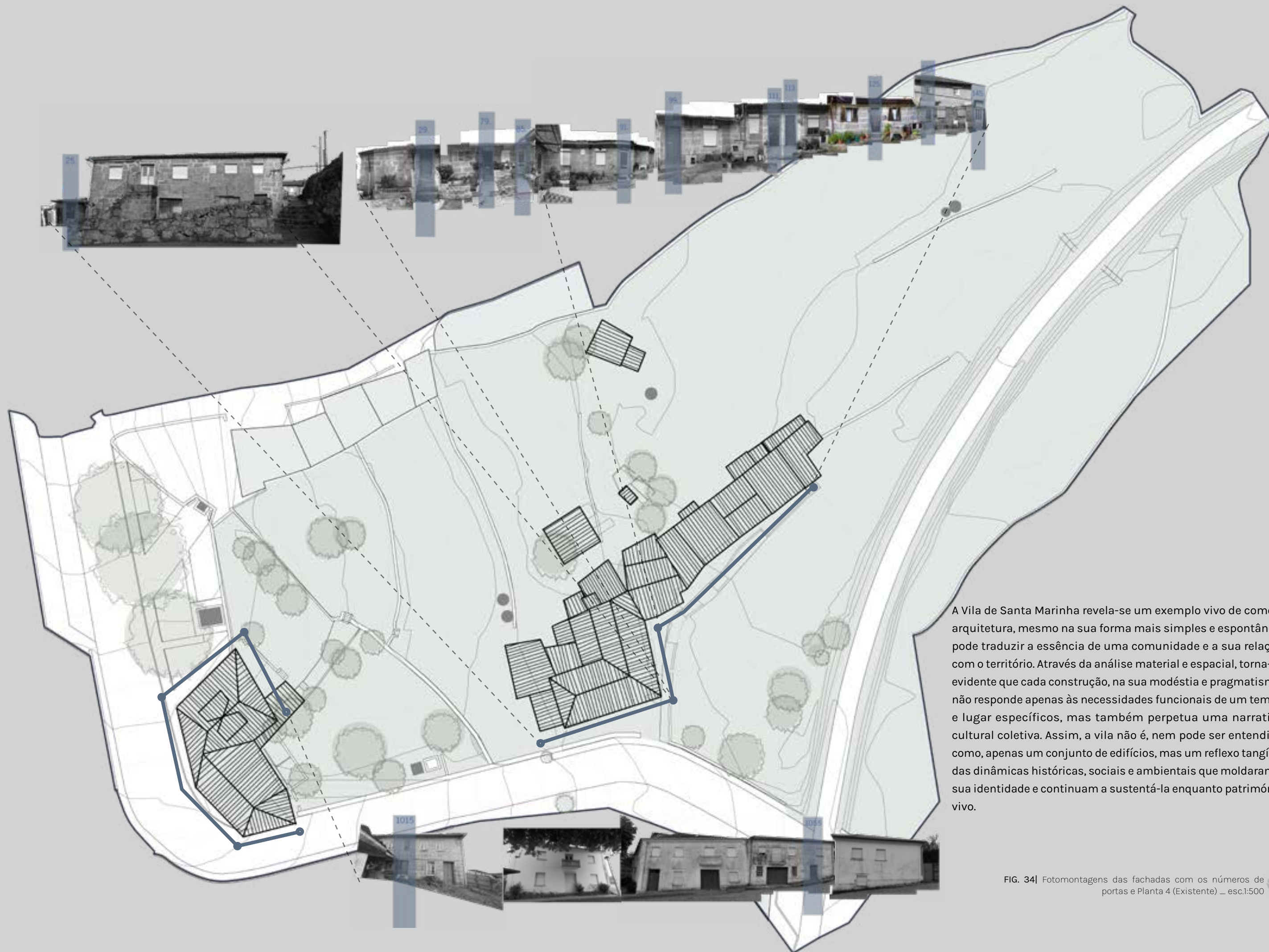
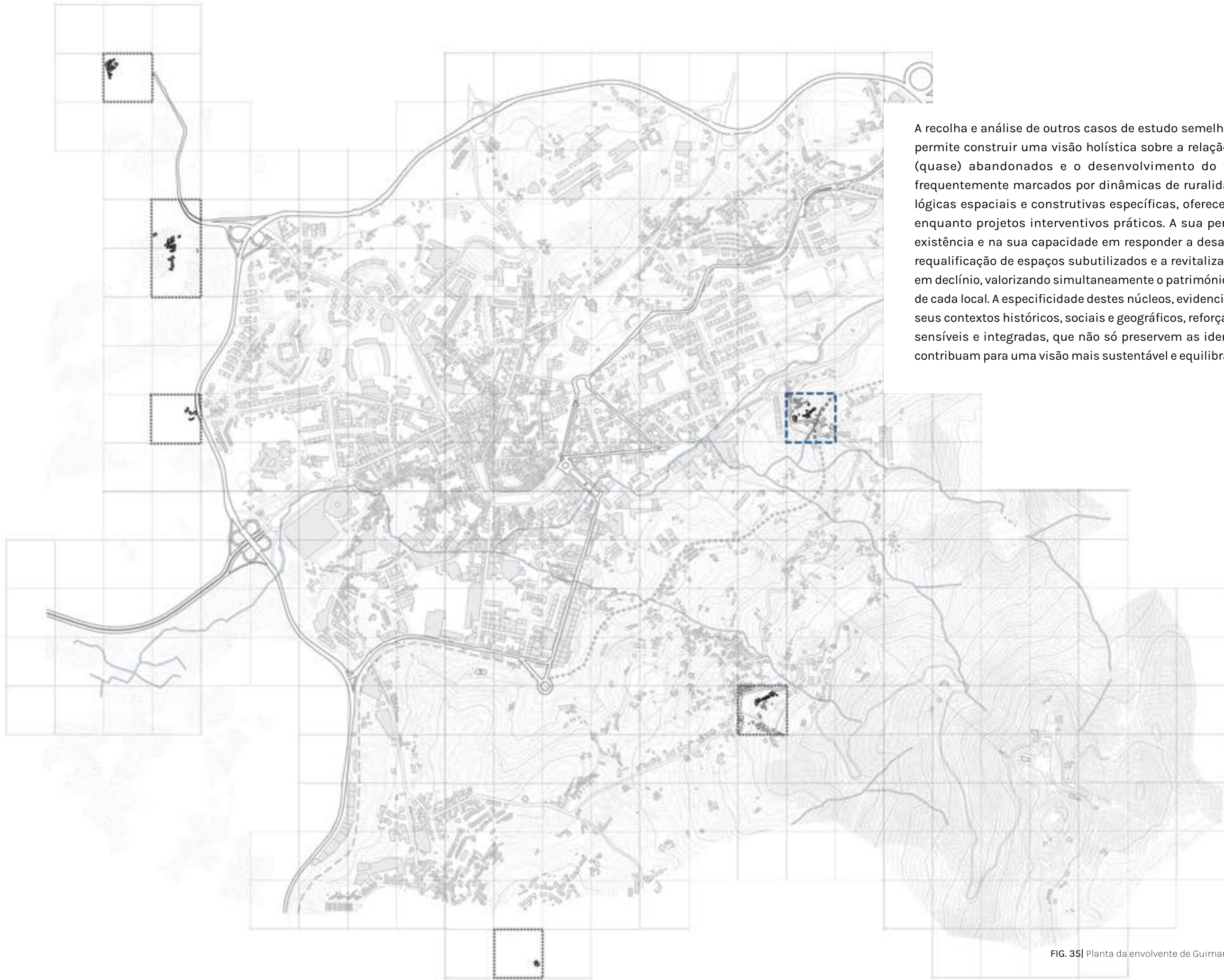


FIG. 33| Registo fotográfico da materialidade da Vila



A Vila de Santa Marinha revela-se um exemplo vivo de como a arquitetura, mesmo na sua forma mais simples e espontânea, pode traduzir a essência de uma comunidade e a sua relação com o território. Através da análise material e espacial, torna-se evidente que cada construção, na sua modéstia e pragmatismo, não responde apenas às necessidades funcionais de um tempo e lugar específicos, mas também perpetua uma narrativa cultural coletiva. Assim, a vila não é, nem pode ser entendida como, apenas um conjunto de edifícios, mas um reflexo tangível das dinâmicas históricas, sociais e ambientais que moldaram a sua identidade e continuam a sustentá-la enquanto património vivo.

FIG. 34| Fotomontagens das fachadas com os números de portas e Planta 4 (Existente) _ esc.1:500



A recolha e análise de outros casos de estudo semelhantes à Vila de Santa Marinha permite construir uma visão holística sobre a relação entre núcleos habitacionais (quase) abandonados e o desenvolvimento do território. Estes elementos, frequentemente marcados por dinâmicas de ruralidade ainda em transição e por lógicas espaciais e construtivas específicas, oferecem um potencial significativo enquanto projetos interventivos práticos. A sua pertinência reside na sua mera existência e na sua capacidade em responder a desafios contemporâneos, como a requalificação de espaços subutilizados e a revitalização de fragmentos territoriais em declínio, valorizando simultaneamente o património cultural e arquitetónico único de cada local. A especificidade destes núcleos, evidenciada pelas particularidades dos seus contextos históricos, sociais e geográficos, reforça a necessidade de abordagens sensíveis e integradas, que não só preservem as identidades locais, mas também contribuam para uma visão mais sustentável e equilibrada do território como um todo.

200mx200m

FIG. 35| Planta da envolvente de Guimarães com casos de estudo _ s/esc.

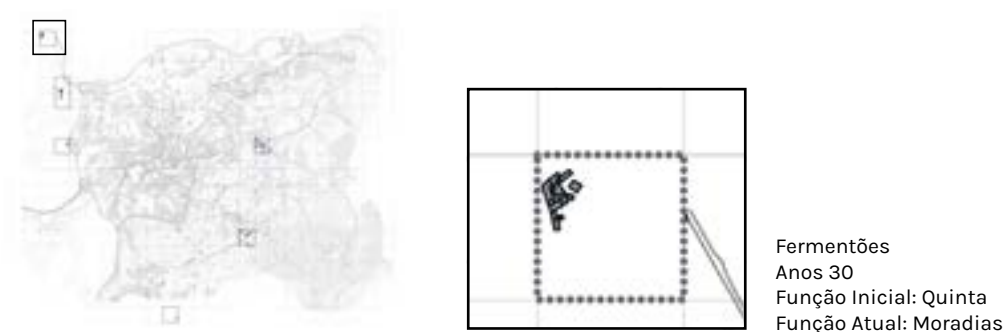


FIG. 36| Registo fotográfico do caso de estudo Fermentões



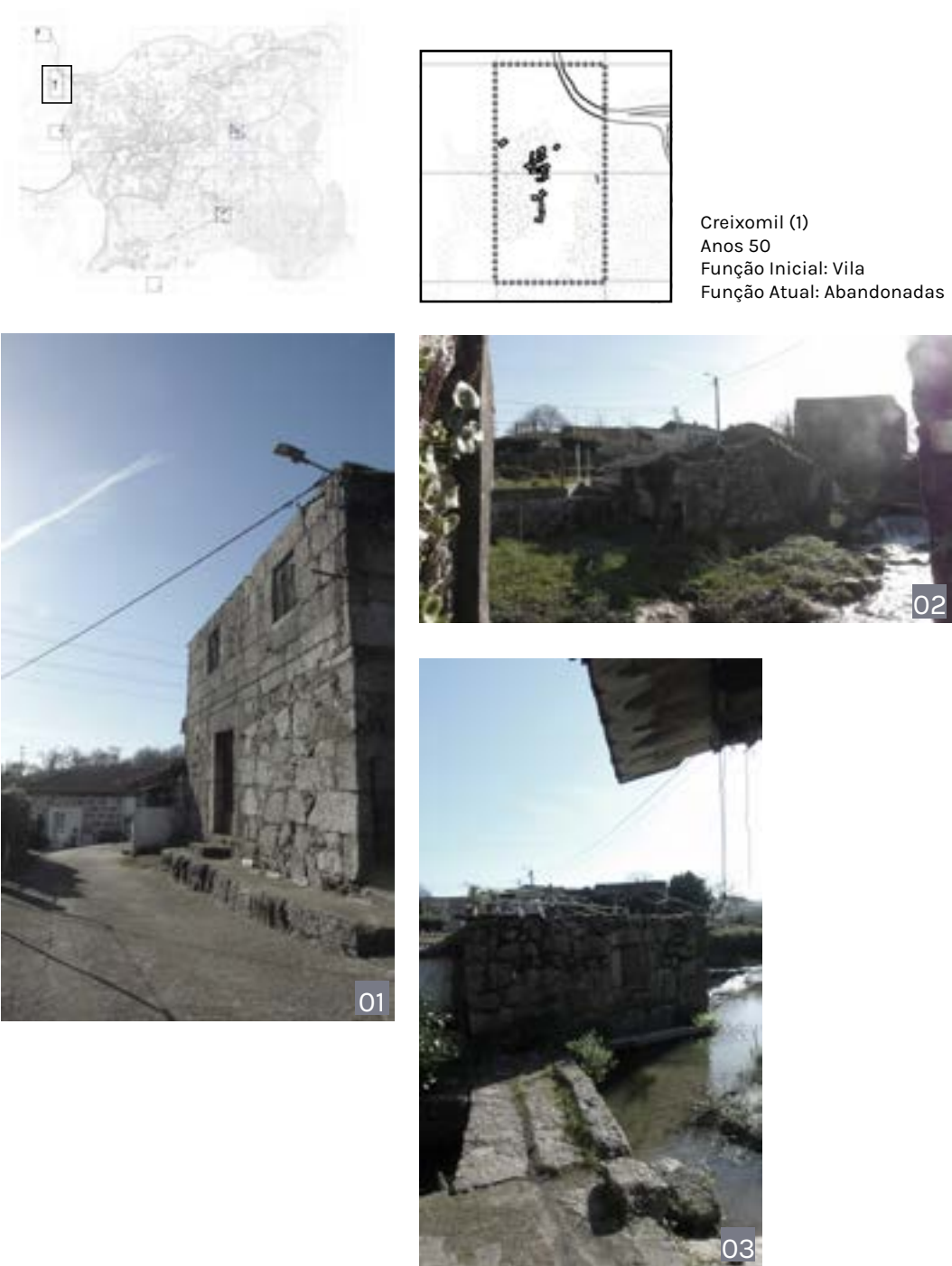


FIG. 37| Registo fotográfico do caso de estudo Creixomil (1)



FIG. 38| Registo fotográfico do caso de estudo Creixomil (2)



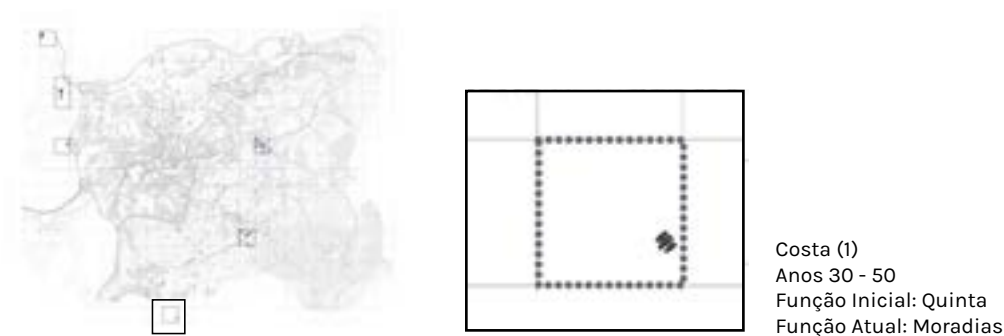


FIG. 39| Registo fotográfico do caso de estudo Costa (1)



FIG. 40| Registo fotográfico do caso de estudo Costa (2)



“(...) é difícil reaprender o rural e sobre ele construir novas identidades. É difícil encontrar continuidades entre as memórias mais ou menos ficcionadas do passado e o que lhes está a acontecer. É difícil entender a simultaneidade e a contradição dos acontecimentos e o modo como se sucedem. É difícil, sobretudo, controlar as emoções acerca do que acontece. Estamos a um passo de uma crise total de sentido. Esta conjuntura produz-se numa híperabundância de imagens e elas organizam-se numa diversidade enorme de narrativas. Serão listas infinitas de imagens, sensações, e emoções, uma Vida no campo etecetera, isto é, uma vida que tende a conter uma infinidade de coisas e relações entre coisas.”

FIG. 41| Fotografia do processo de trabalho

03

DO ABANDONO À REINTEGRAÇÃO: A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A Estratégia

Uma “Nova Forma” de Pensar a Habitação
Coletiva...

Da Dimensão Pública...

Da Dimensão Comum...

Da Dimensão Privada...

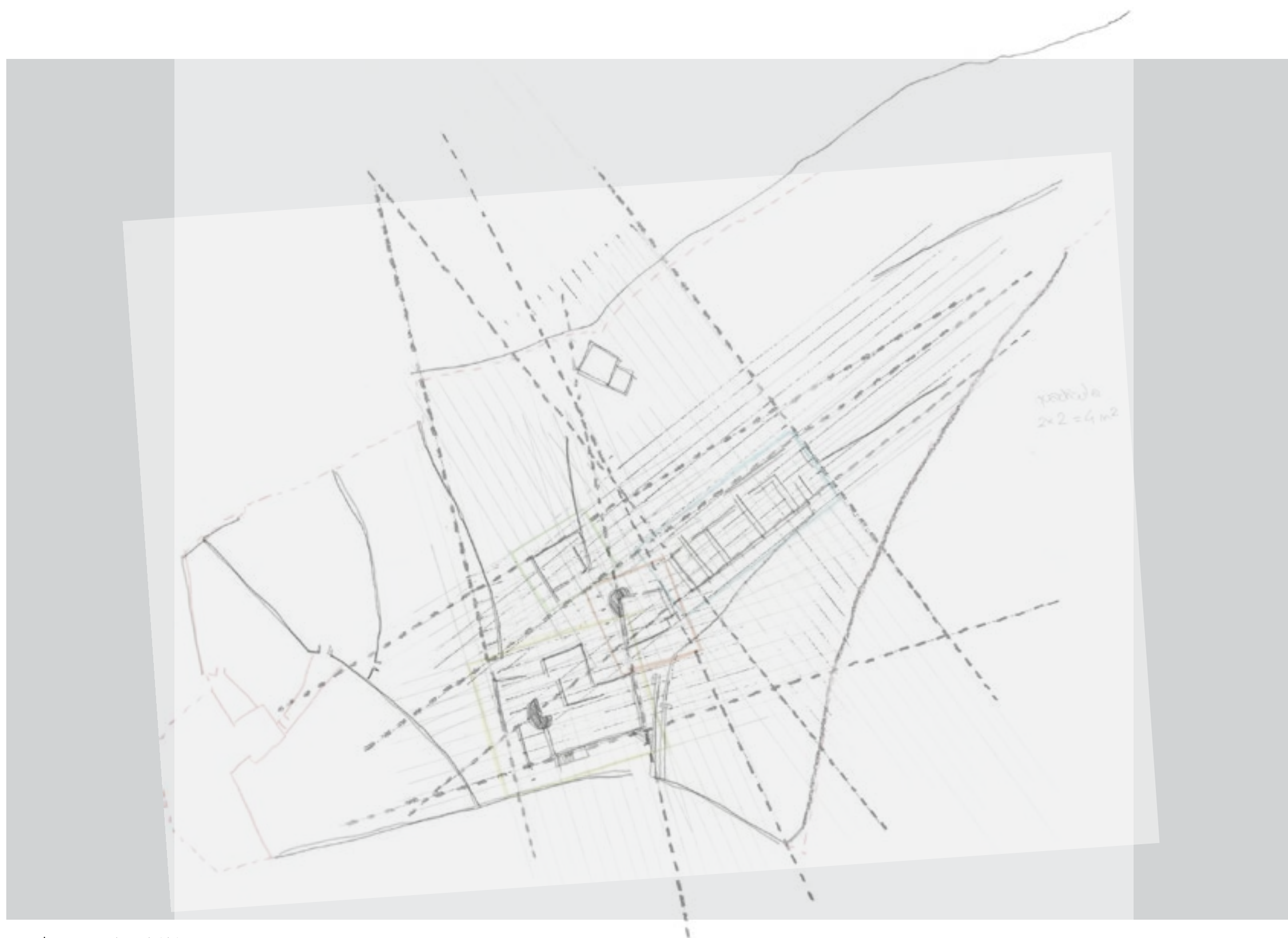


FIG. 42| Processo: Esboço de ideias



A ESTRATÉGIA

Segundo Vítor Matos, o atual presidente da junta de freguesia da Costa, existe uma forte vontade em afirmar a freguesia como uma identidade unificadora de toda a comunidade – o que obriga, necessariamente, à introdução de estratégias que promovam a coesão social e ambiental⁵. O processo de intervenção sobre a Vila parte de uma leitura aprofundada das suas qualidades preexistentes e fragilidades, com o objetivo de valorizar a relação histórica e funcional entre as habitações, o seu terreno de implantação e o restante contexto urbano. A análise prévia revelou o papel central do solo enquanto espaço produtivo e como elemento que molda e complementa a vivência quotidiana. Assim, o projeto, num primeiro momento, adota uma abordagem que enaltece essa conexão, promovendo uma revitalização que integra a produção agrícola como parte essencial da experiência habitacional e abre o espaço à comunidade e a quem por ali passa, reforçando o diálogo entre o núcleo habitacional e o seu contexto mais amplo, extravasando os limites da delimitada parcela. Este gesto de abertura pretende não só preservar o caráter singular da vila, mas também criar usos que se alinham com as exigências contemporâneas, tornando-a novamente relevante no tecido territorial. Pois, de facto, é através de fragmentos que se entende – e cria – o território.

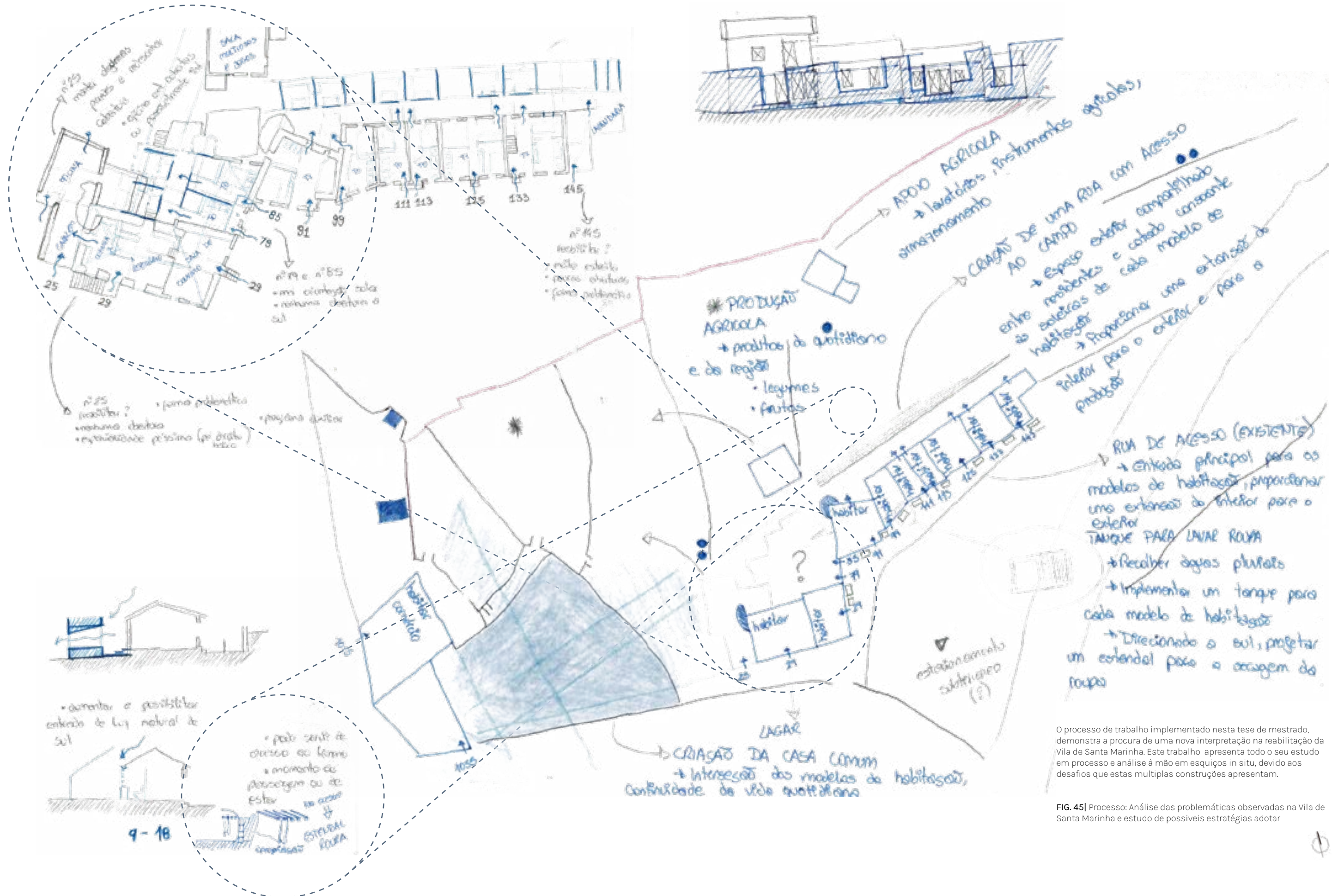
5| Para o acesso completo à notícia, ver “Costa: Dia da Freguesia para afirmar identidade”, escrita por José Eduardo Guimarães, em 2023. (<https://guimaraesagora.pt/artigos/vilas-e-freguesias/costa-dia-da-freguesia-para-afirmar-identidade/>)

FIG. 43| Processo: Estudo da estratégia do existente



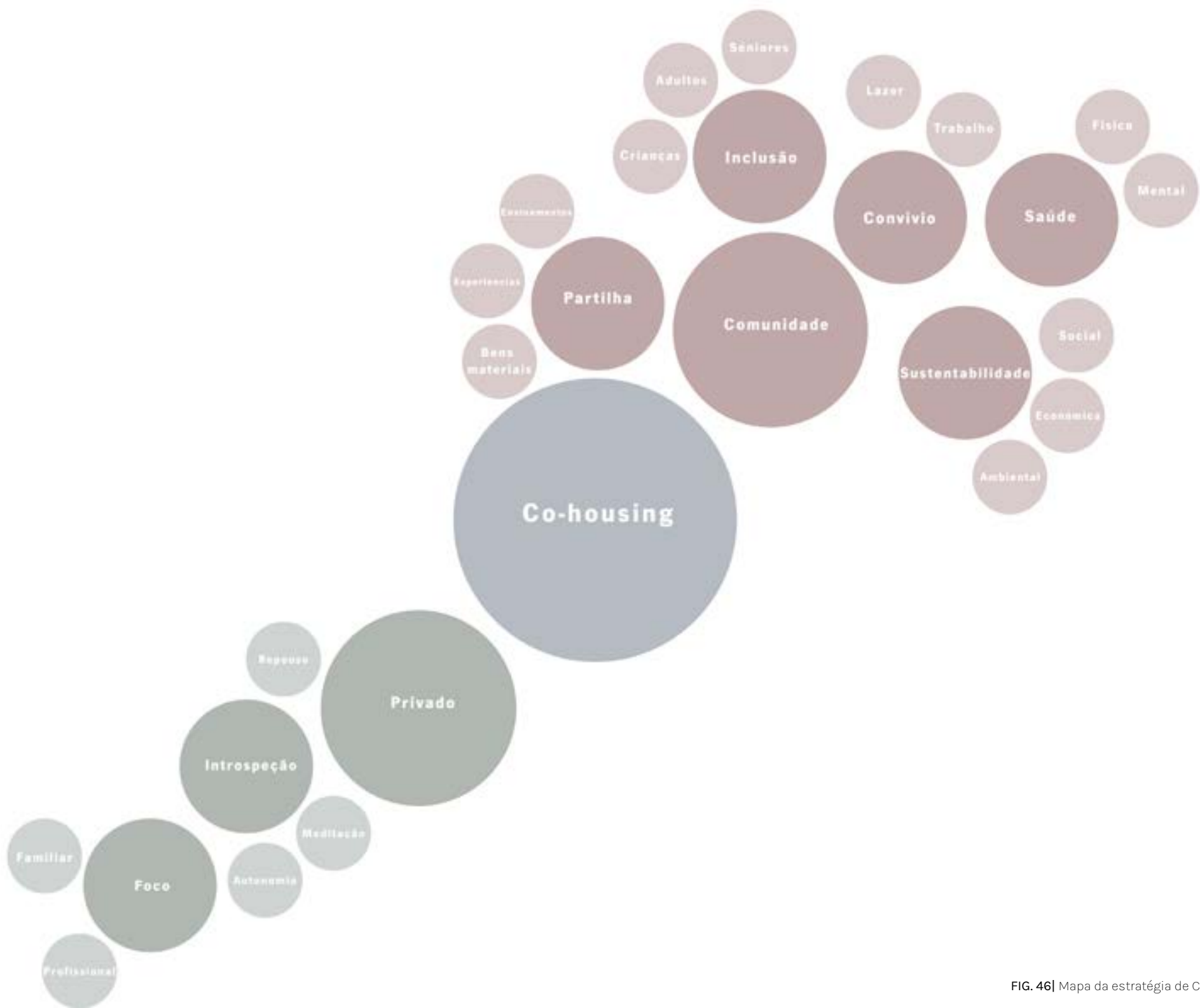
FIG. 44| Processo: Levantamento das problemáticas observadas na Vila de Santa Marinha: - terreno da frente da Vila (redesenhar esta cota para alargar a rua de acesso às casas e dar mais visibilidade); casa n.º79 e n.º85 (reestruturar a organização espacial - falta de luz natural - estado de ruína); redesenhar entrada da Vila; conectar o espaço de lazer com o de produção; momento de contacto entre praça e produção; conectar as habitações ao espaço exterior (produção - comunidade); produção agrícola (máquina da comunidade); oportunidade de produzir comida biológica para autoconsumo; novo conceito (comunidade - identidade); modelos de madeira (móveis - adição - subtração - transportável - encaixe)

A intervenção nas habitações da Vila de Santa Marinha será guiada pelo respeito aos limites e características das estruturas preexistentes, reorganizando-os espacialmente, de forma a preservar a memória do lugar enquanto o mesmo se adapta às novas necessidades. A abordagem varia em escala e intensidade, dependendo do estado material de cada construção: algumas estruturas exigirão apenas melhorias pontuais, enquanto outras poderão requerer intervenções mais significativas, através de substituições parciais. Outros casos mais urgentes necessitarão de ser demolidos. Este processo visa respeitar a relação intrínseca entre as habitações e os anexos que pontuam o terreno, elementos fundamentais na articulação entre o espaço habitacional e o espaço exterior, uma vez que a sua importância não pode ser separada das habitações em si – eles são uma extensão do próprio espaço habitacional. Dada a evidente precariedade de muitos destes anexos, a proposta inclui a introdução de novas construções complementares, projetadas para reforçar as funções das habitações e melhorar a vivência quotidiana. Além disso, algumas habitações serão readaptadas para acolher áreas comuns, promovendo uma dimensão comunitária que destaca o potencial de partilha e interação entre os habitantes e visitantes. Esta estratégia procura não só revitalizar o conjunto habitacional, mas também estabelecer um equilíbrio entre as preexistências e as novas adições, contribuindo para uma experiência habitacional equilibrada onde a relação entre o espaço construído, o espaço exterior e os habitantes tornam a ser o foco central.



O processo de trabalho implementado nesta tese de mestrado, demonstra a procura de uma nova interpretação na reabilitação da Vila de Santa Marinha. Este trabalho apresenta todo o seu estudo em processo e análise à mão em esboços in situ, devido aos desafios que estas múltiplas construções apresentam.

FIG. 45| Processo: Análise das problemáticas observadas na Vila de Santa Marinha e estudo de possíveis estratégias adotadas



UMA “NOVA FORMA” DE PENSAR
A HABITAÇÃO COLETIVA...

A dimensão comunitária, já latente na relação entre as habitações e o terreno na Vila de Santa Marinha, abre caminho para a introdução do conceito de “cohousing” como um princípio base perfeitamente adaptado a este contexto, dadas as suas condicionantes. Apesar de pouco comum em territórios rurais e em núcleos de pequena escala - pelo menos, no contexto português -, o “cohousing” apresenta-se como uma solução inovadora para revitalizar o conjunto habitacional, promovendo um modelo de vida colaborativa que combina espaços privados e comuns. Este conceito permite a otimização dos recursos disponíveis e a partilha de infraestruturas, reforçando simultaneamente os laços entre os habitantes, criando assim uma rede de suporte mútua que valoriza o potencial humano e social da vila. Associada à inerente relação entre a dimensão privada e comunitária, acreditamos que a introdução da dimensão pública se revela um ideal de extrema importância, dadas as particularidades do caso de estudo e a sua relação com o restante contexto territorial.

Neste sentido, a fragmentação inerente do conjunto, que sempre marcou a sua história, revela-se uma excelente oportunidade para a sua revitalização, não comprometendo, assim a sua integridade e identidade cultural. Como tal, a sua leitura deve também seguir esta lógica - através de três escalas distintas, cada uma refletindo diferentes dimensões da vivência e interação na Vila. Esta subdivisão permite abordar, de forma específica, a relação entre o conjunto habitacional e o contexto mais amplo, as dinâmicas internas de partilha entre os habitantes e, por fim, as necessidades individuais de cada habitação.

FIG. 46| Mapa da estratégia de Coabituação

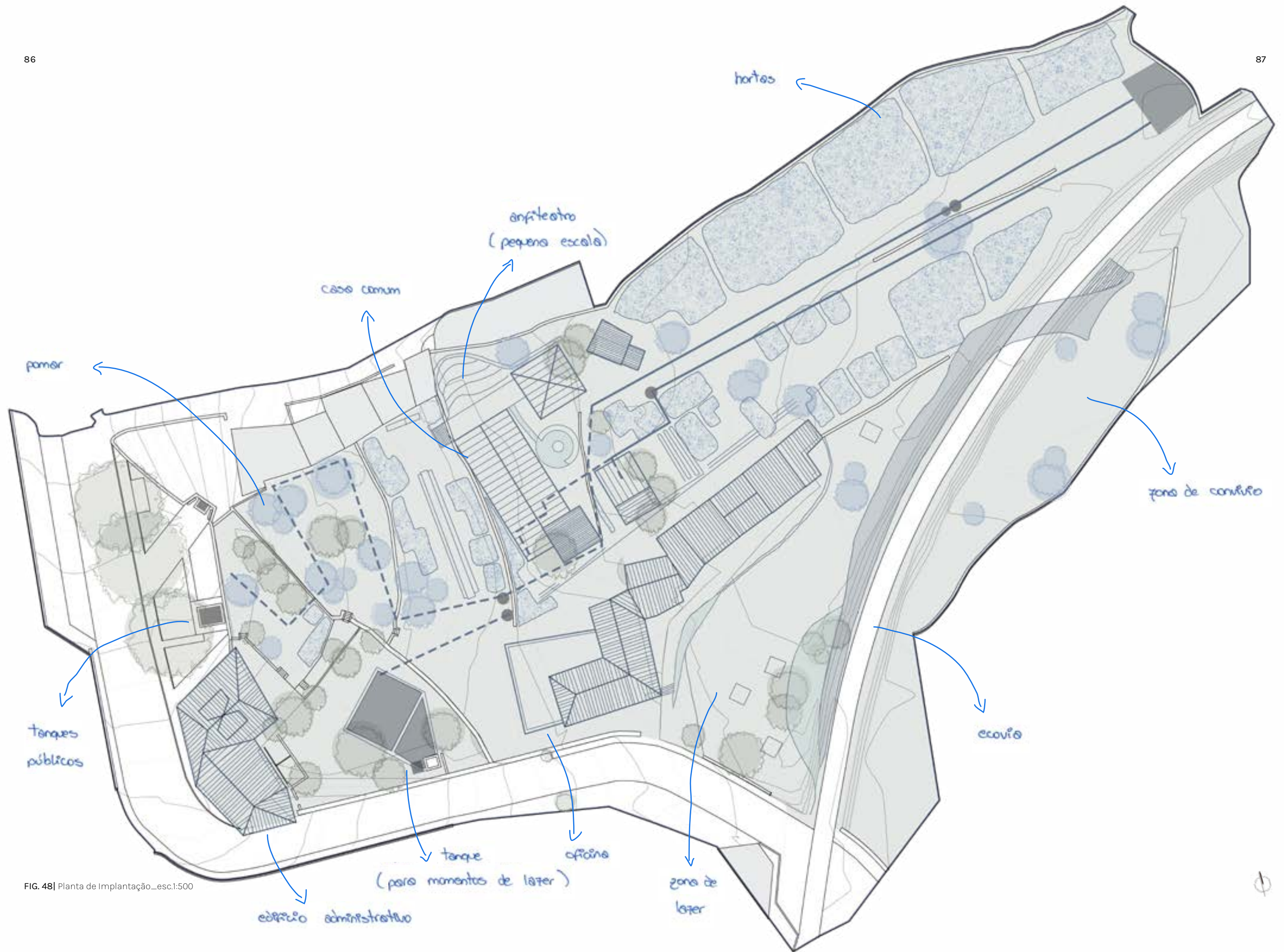


FIG. 48| Planta de Implantação_esc.1:500

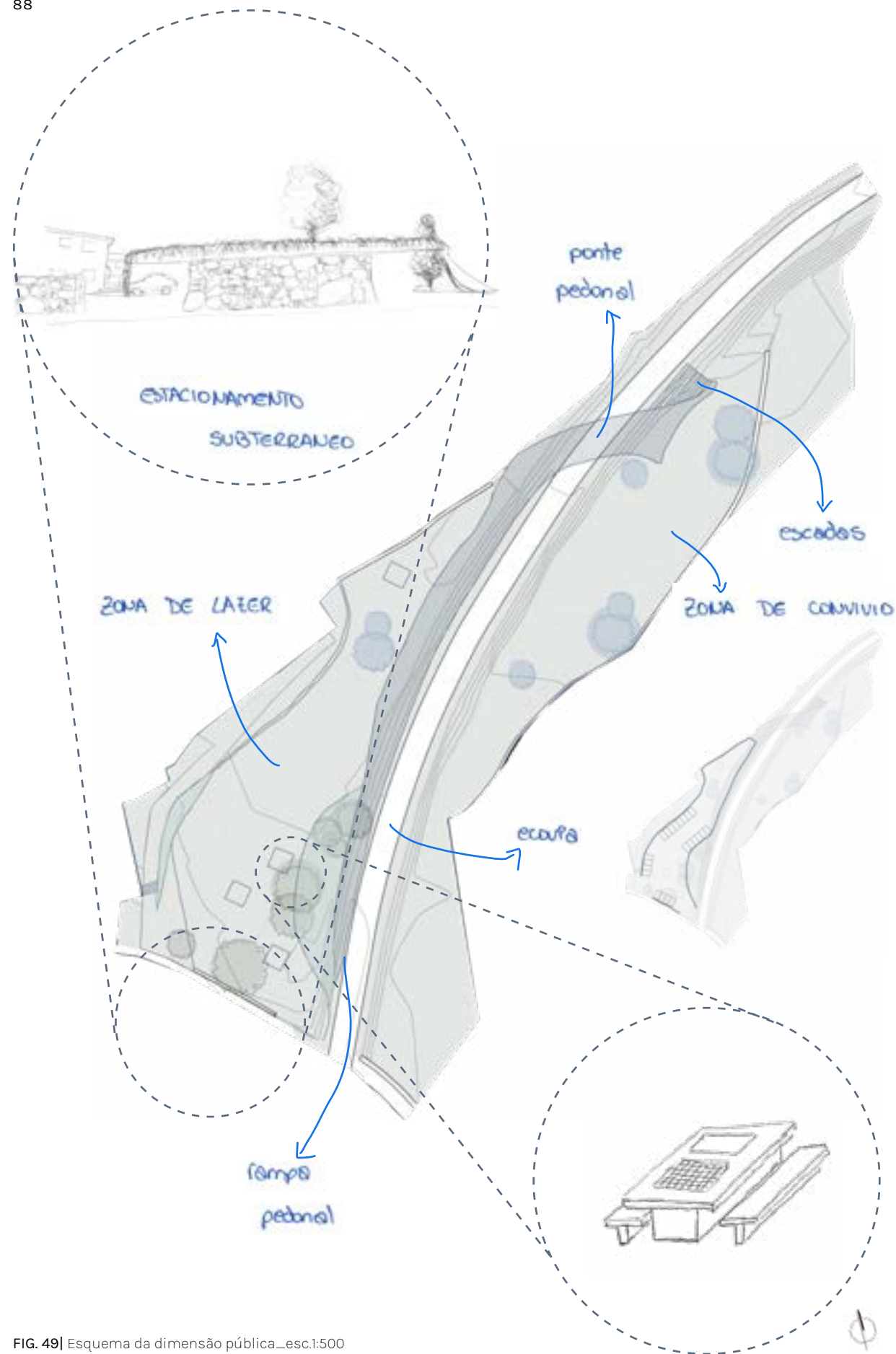


FIG. 49| Esquema da dimensão pública_esc.1:500



FIG. 50| Estudo da dimensão pública e estacionamento subterraneo

DA DIMENSÃO PÚBLICA...

A dimensão pública do projeto procura reestabelecer a conexão entre a Vila de Santa Marinha e o território envolvente, transformando uma área do terreno, atualmente em desuso (a este), num espaço público - concebido para integrar tanto os moradores da vila como a comunidade mais ampla, funcionando como um ponto de encontro e convivência. Deve ser entendido como um espaço intersticial, onde diversas dinâmicas urbanas simultaneamente convergem e disseminam, sendo, portanto, uma extensão da própria Ecovia e um momento revitalizador da malha urbana. Este espaço é (re)estruturado sobre um novo estacionamento coberto a ser usufruído pelos moradores da vila, acedido pela Rua de Santa Marinha da Costa - sendo escavado no plano existente, sem alterar significativamente a expressão visual do local, preservando a sua essência natural. Com mesas distribuídas e vegetação controlada, este espaço mantém um caráter ambivalente, ideal para eventos culturais e atividades diversas. Preserva-se a relação visual entre a Vila e este espaço, "quebrado" apenas pela diferença altimétrica atual que se desenvolve paralelamente ao acesso principal. Simultaneamente, a reconexão entre as margens, divididas pela Ecovia, é feita através de novos acessos, incluindo escadas, uma rampa e uma ponte que (re)integra o terreno como um todo. Na margem oposta, para garantir sua vitalidade e evitar o abandono que durante tanto tempo a marcou, propõe-se a criação de um parque infantil e uma área de churrascos. O estabelecimento de um programa "fixo" permite a valorização do espaço e a sua pertinência para o futuro. A estratégia de manter as áreas verdes, utilizando relvados e acessos em betão poroso, assegura a permeabilidade e respeita a configuração original do terreno, articulando a Ecovia com o tecido urbano e a Vila de forma harmoniosa e minimal, como se de um parque urbano se tratasse.



FIG. 51| Registo fotográfico das entradas da Vila de Santa Marinha



FIG. 52| Planta esquemática_ s/esc.

DA DIMENSÃO COMUM...

A dimensão comum do projeto propõe uma complementaridade entre os espaços exteriores, com hortas partilhadas e áreas produtivas que reforçam a ligação ao território, e os espaços interiores, através de áreas partilhadas como cozinhas e salas multifuncionais, criando uma rede integrada que promove a convivência e a coesão comunitária. Como já referimos, esta dicotomia já se encontra presente na lógica existente atual, construída ao longo de décadas, sendo o propósito da intervenção afinar estas dinâmicas, enaltecendo e potenciando a relação preexistente que caracteriza de forma única o local. A acessibilidade da Vila de Santa Marinha é, por extensão, reconfigurada para refletir esta abordagem. Das quatro entradas atuais, uma delas (02), que originalmente apenas servia uma habitação isolada na cota mais baixa, será ajustada através da modificação dos limites do muro que restringia o acesso, permitindo assim sua integração ao conjunto habitacional e ao terreno. O acesso principal (03) é redesenhado para incorporar o novo estacionamento coberto, mas mantém a lógica funcional e visual preexistente, garantindo continuidade e familiaridade. Na cota superior, adjacente à ecovia (04), o acesso é ampliado com uma ligação direta ao campo agrícola e à nova ponte que conecta as duas margens do terreno, promovendo uma circulação fluida e fortalecendo a relação entre o espaço produtivo e a vila. Essa reestruturação das entradas liberta o solo e redefine os seus limites, adotando uma lógica mais holística e comunitária que enaltece a funcionalidade e a coesão do conjunto.



FIG. 53| Registo fotográfico das árvores de fruta na Vila



FIG. 54| Jardins comunitários



FIG. 55| The salad garden, Julia Sherman



FIG. 56| Diagrama representativo - solo

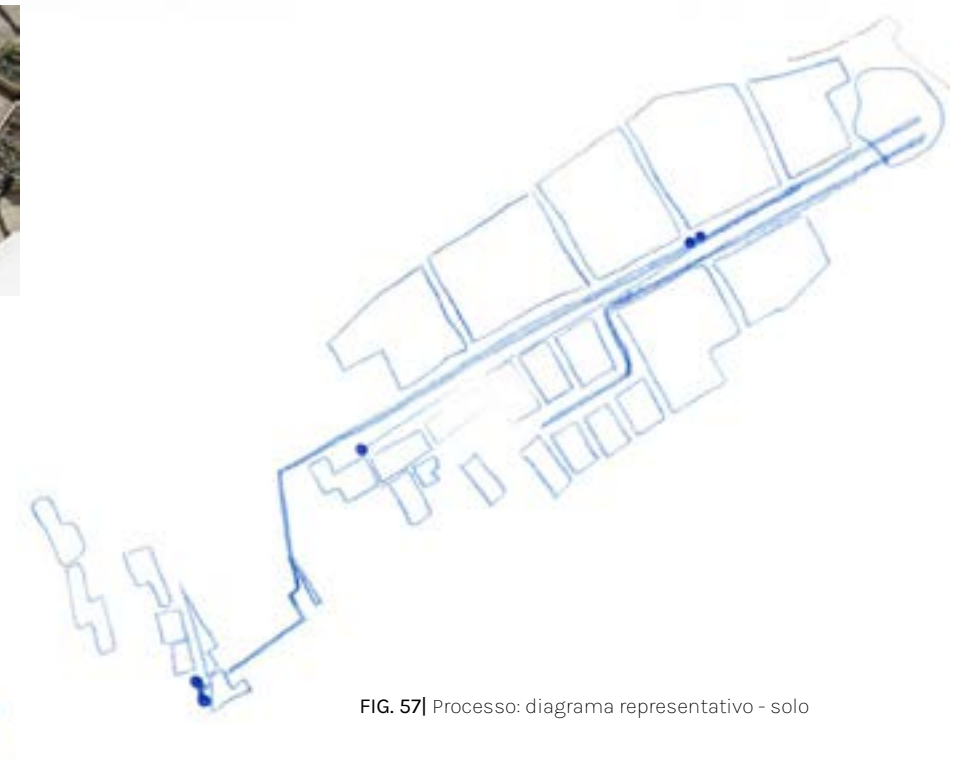


FIG. 57| Processo: diagrama representativo - solo

O Solo, enquanto elemento estruturante do projeto, transcende a sua função básica de suporte físico, assumindo-se como um objeto central na articulação da vida comunitária e na relação entre os diversos usos do quotidiano. Não é apenas o espaço onde a vegetação cresce mais ou menos controlada, mas sim um organismo vivo, moldado pela interação humana e pelas necessidades do lugar - enquanto extensão natural das habitações (e das dinâmicas dos próprios habitantes), cuja pertinência não pode ser menosprezada, nem muito menos ignorada, enquanto base indispensável para o quotidiano.

Enquanto espaço de cultivo - desde a pequena horta ao vasto pomar - o solo reforça o vínculo histórico com a terra e promove a autossuficiência, funcionando como um elo entre o passado agrícola da vila e um futuro sustentável. Simultaneamente, o solo atua como um espaço de transição, conectando momentos interiores e exteriores, garantindo fluxos contínuos que facilitam a convivência e a interação. A sua polivalência, em articulação com a sua capacidade de integrar diferentes escalas de uso consoante outros elementos pontuados por todo o terreno (por exemplo, como mesas, árvores com características distintas, etc.) e a sua atual subdivisão através de socacos, permite que seja utilizado para diversas atividades, desde encontros informais a eventos comunitários, adaptando-se constantemente às dinâmicas da vila.





FIG. 58| Foto de um poço existente na Vila



FIG. 59| Caminho de água natural



FIG. 60| Shonandai Cultural Center, Itsuko Hasegawa

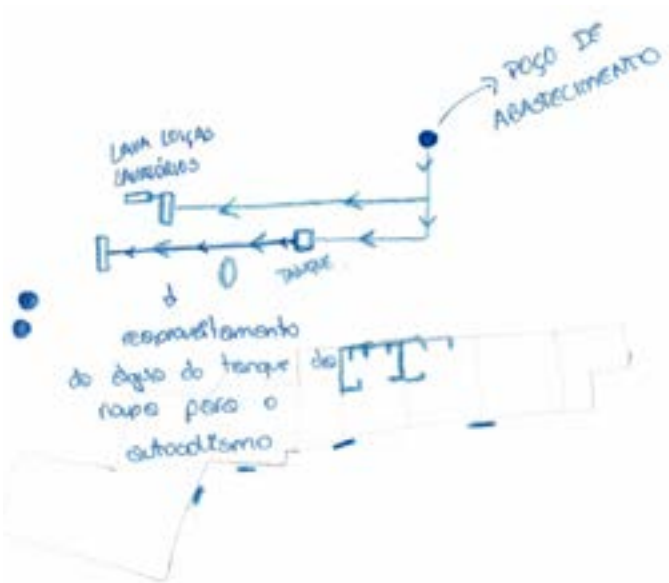


FIG. 62| Processo: diagrama representativo - água

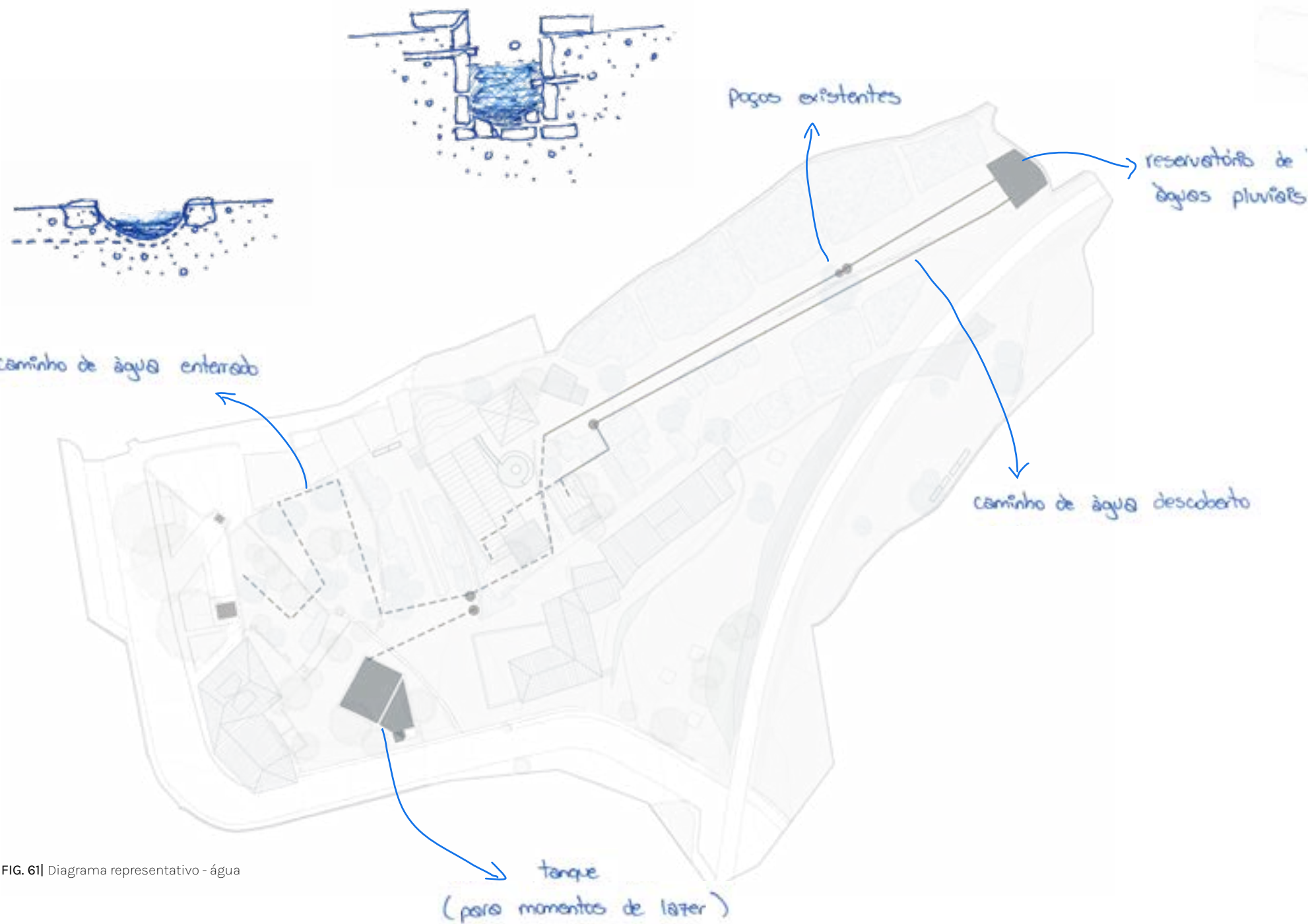


FIG. 61| Diagrama representativo - água

A Água, tal como o Solo, desempenha um papel estruturante na dinâmica da vila, sendo integrada no projeto como um recurso essencial para a vitalidade do terreno e da própria convivência comunitária. Um reservatório de águas pluviais, projetado no topo do terreno, não só aproveita o escoamento natural para irrigar a vegetação e alimentar as áreas produtivas, mas também reintroduz um ciclo sustentável ao conectar-se com os poços existentes, garantindo a sua funcionalidade histórica. Este sistema de gestão hídrica, com ramificações por vezes visíveis ao longo do terreno, culmina em tanques de uso coletivo, dos quais se destaca um largo tanque na zona mais baixa do terreno, agora ampliado e entendido enquanto espaço lúdico, proporcionando à população um recurso acessível e versátil para atividades quotidianas e comunitárias.





FIG. 63| Fire Ring, Robin Winogrand



FIG. 64| Foqueria exterior

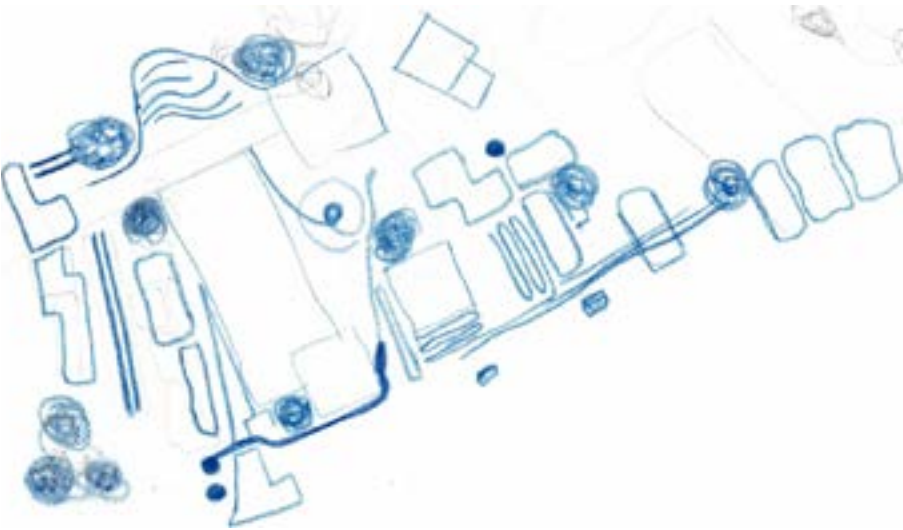


FIG. 66| Processo: diagrama representativo - fogo

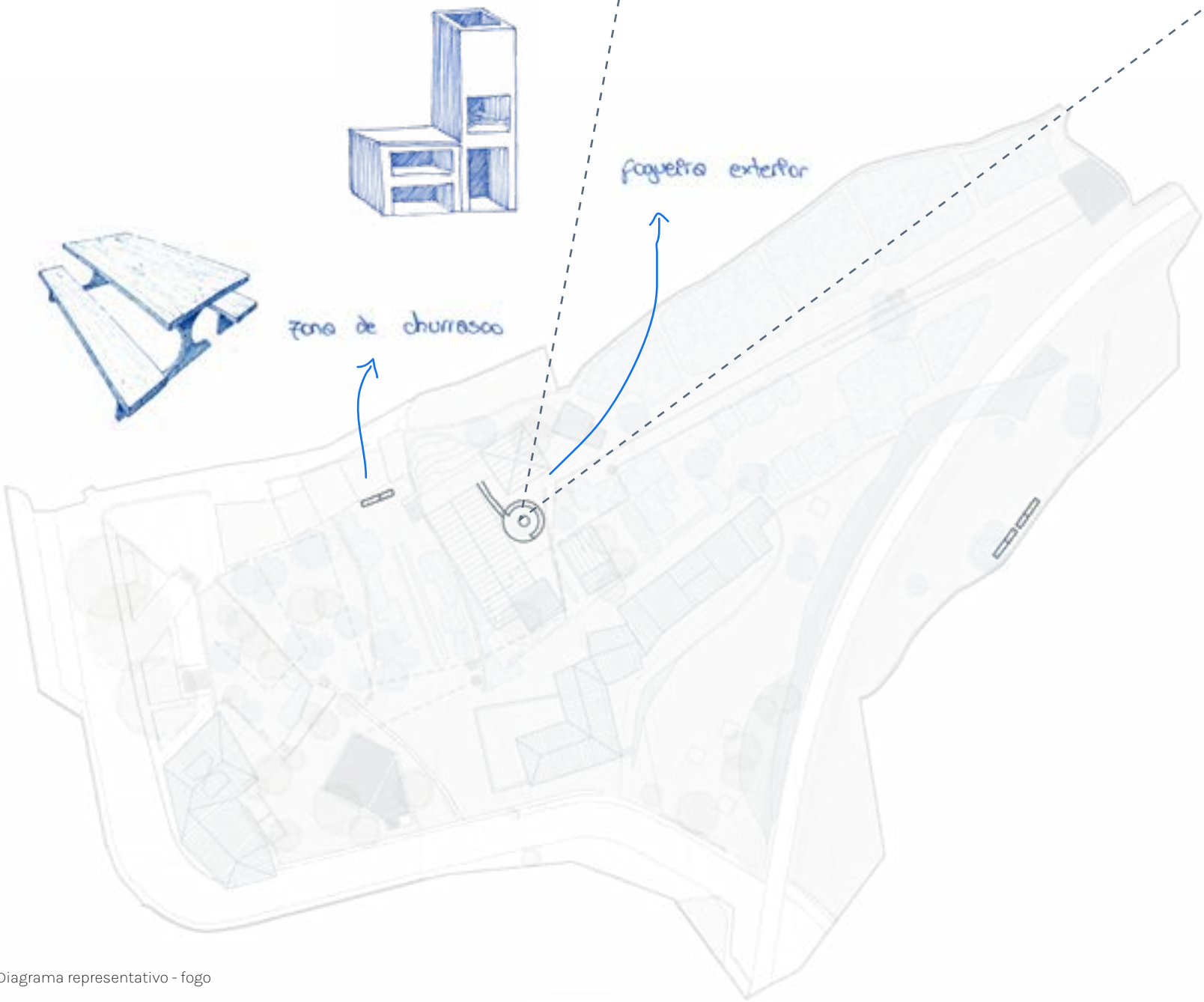


FIG. 65| Diagrama representativo - fogo

De igual forma, devemos ainda denotar **o Fogo** enquanto elemento de extrema importância, funcionando como um elemento conector que agrega a comunidade em torno de experiências partilhadas. Enquanto manifestação de um dos elementos naturais fundamentais, o Fogo transcende a sua função prática, tornando-se um catalisador de encontros e de convivência. As zonas de churrasco e a área destinada a uma grande fogueira procuram estruturar locais para atividades concretas enquanto, simultaneamente, reavivam o simbolismo do fogo como centro de união, onde histórias são partilhadas e memórias são criadas. O uso intencional do fogo, em harmonia com os outros elementos naturais enunciados, sublinha a relação íntima entre os habitantes e o seu território, consolidando a identidade do lugar como um espaço vivo.



Torna-se agora necessário direcionar a atenção para as zonas interiores coletivas, que complementam esta dinâmica através de intervenções específicas no tecido construído. O projeto inclui a demolição de estruturas em avançado estado de degradação, a recuperação e valorização de elementos preexistentes que mantêm relevância funcional e simbólica, e a introdução de novos volumes cuidadosamente integrados. Este conjunto de ações procura corrigir as precariedades existentes, enriquecendo o quotidiano dos moradores e complementando as suas habitações, oferecendo espaços adaptados às necessidades contemporâneas, sem comprometer a identidade e a história do lugar. Embora estas ações, por vezes, se sobreponham, importa saber diferenciá-las de uma forma geral, visto que partem de pressupostos distintos.

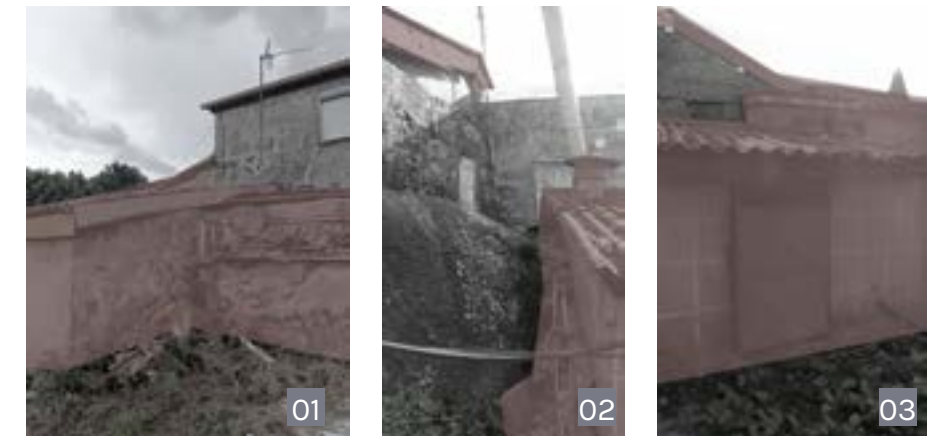


FIG. 67| Registo fotográfico com anotações de construções a demolir (1,2,3) - referente à Planta 1

O ato de demolir...

... enquanto princípio estratégico é indispensável para a própria coesão do conjunto, permitindo não só a eliminação de elementos precários, mas também a redefinição funcional e espacial dos restantes componentes, permitindo a otimização programática do conjunto.

A demolição de anexos desajustados, como o galinheiro, atualmente degradado e inapropriado para a sua localização, são propostas, libertando assim áreas que podem ser mais bem aproveitadas para usos mais adequados às dinâmicas comunitárias. Da mesma forma, os anexos colados ao muro da entrada principal, que atualmente dificultam o acesso às habitações, são eliminados, permitindo que o acesso principal seja ampliado e redesenhado de forma mais clara e funcional. O mesmo se aplica a todos os anexos aglutinados às habitações direcionadas para o terreno, a tardoz. As funções destes espaços encontram-se, segundo o projeto, presentes em novos locais. Por sua vez, a habitação nº25 (01) representa um caso paradigmático desta abordagem. Com um estado altamente precário e uma construção heterogênea que mistura diversos sistemas construtivos, esta estrutura encontra-se profundamente desajustada à lógica do conjunto. A ausência de vãos, exceto pela porta de entrada, limita drasticamente o seu potencial de uso. A intervenção proposta prevê a demolição da cobertura e de algumas paredes secundárias, preservando as paredes estruturais essenciais. A partir desta base, uma nova cobertura é projetada, e o espaço é redesenhado para acolher uma oficina que sirva de apoio à vila.

FIG. 68| Planta 1 (A demolir) _ esc.1:500



FIG. 69| Registo fotográfico com anotações de construções a demolir (1,2,3,4,5) - referente à Planta 2

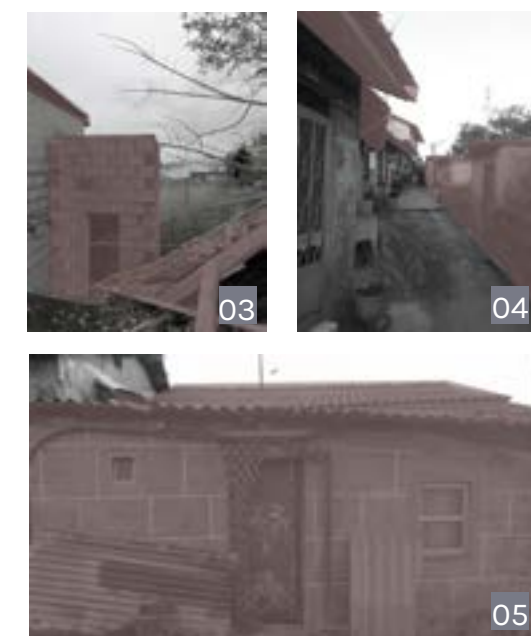


FIG. 70| Planta 2 (A demolir) _ esc.1:500

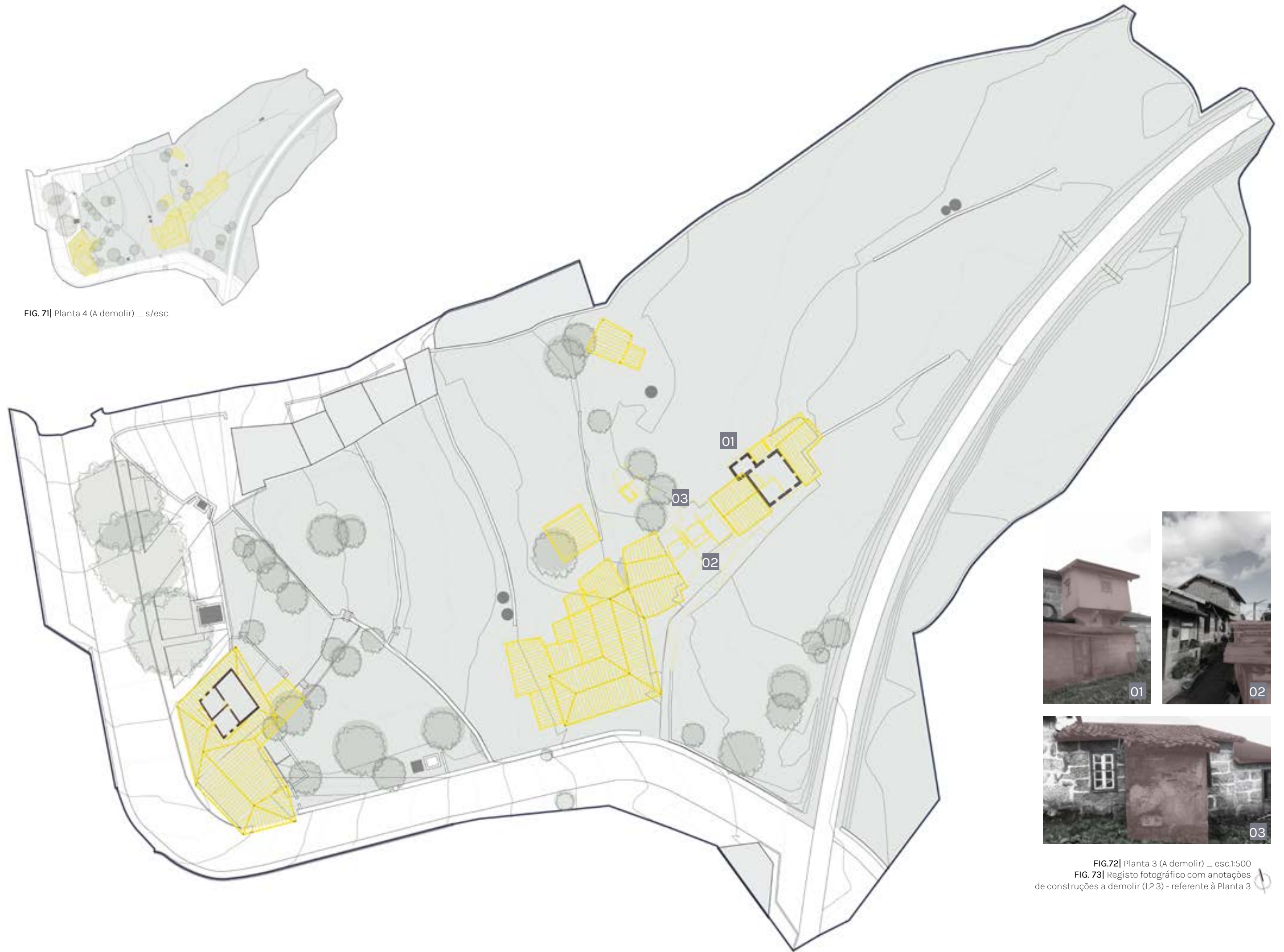


FIG. 71| Planta 4 (A demolir) _ s/esc.



FIG.72| Planta 3 (A demolir) _ esc.1:500
 FIG. 73| Registo fotográfico com anotações de construções a demolir (1.2.3) - referente   Planta 3



FIG. 74| Registo fotográfico das construções a reabiliar da Vila de Santa Marinha



FIG. 75| Planta esquemática_ s/esc.

O ato de reabilitar...

... assume-se como um pilar central na estratégia de intervenção, promovendo a recuperação de estruturas preexistentes de forma a preservar a identidade do conjunto, enquanto lhes confere novas funcionalidades adaptadas às necessidades contemporâneas da Vila. Num primeiro momento, a substituição das coberturas das habitações existentes revela-se essencial, dado o estado de degradação das estruturas atuais. Este processo visa garantir melhores condições de habitabilidade, reinterpretando a imagem do antigo, numa lógica de continuidade visual e respeito pelo preexistente. Tal abordagem permite que o conjunto mantenha a sua identidade e adquira uma maior funcionalidade e durabilidade.

Já a Casa nº 1055 (01), situada na cota mais baixa do terreno, assume um papel estratégico no âmbito da reabilitação, sendo adaptada para funcionar como edifício administrativo ao serviço de toda a Vila. O seu interior é reorganizado para incluir salas de reuniões, que poderão igualmente ser utilizadas pela restante comunidade da freguesia, expandido assim o impacto desta intervenção. Além disso, o piso térreo é destinado ao apoio direto das atividades realizadas na envolvente exterior, agora mais ampla e desimpedida, integrando balneários, vestiários e zonas técnicas e de arrumação que servirão de apoio ao pomar e ao tanque adjacente que já foram mencionados.

Por fim, os anexos, que anteriormente desempenhavam funções de arrumação e apoio agrícola, são alvo de uma requalificação cuidadosa. Um deles, localizado no topo do terreno (03), mantém a sua função original, preservando o seu carácter utilitário ligado à atividade agrícola da Vila que se pretende recuperar. Já o anexo de maior dimensão, situado próximo às habitações (02), é transformado num espaço lúdico, com uma sala de jogos e convívio – através, fundamentalmente, da abertura de novos vãos –, proporcionando assim outro ponto de encontro para os moradores. É sobre este elemento de destaque que a próxima etapa da intervenção comunitária se irá desenvolver, articulando a sua reabilitação com uma abordagem mais integrada sobre o terreno como um todo.



FIG. 77] Planta 1 e 2 da reabilitação do anexo pré existente (sala de jogos)... esc.1:100

FIG. 78] Referência da rede suspensa no momento de sobreposição do existente com a nova proposta - casa comum

FIG. 79] Referência da organização da sala - intenção de ser um momento de estar - Kocevje Kindergarten

FIG. 80] Referência da organização da sala - intenção de ser um momento de estar

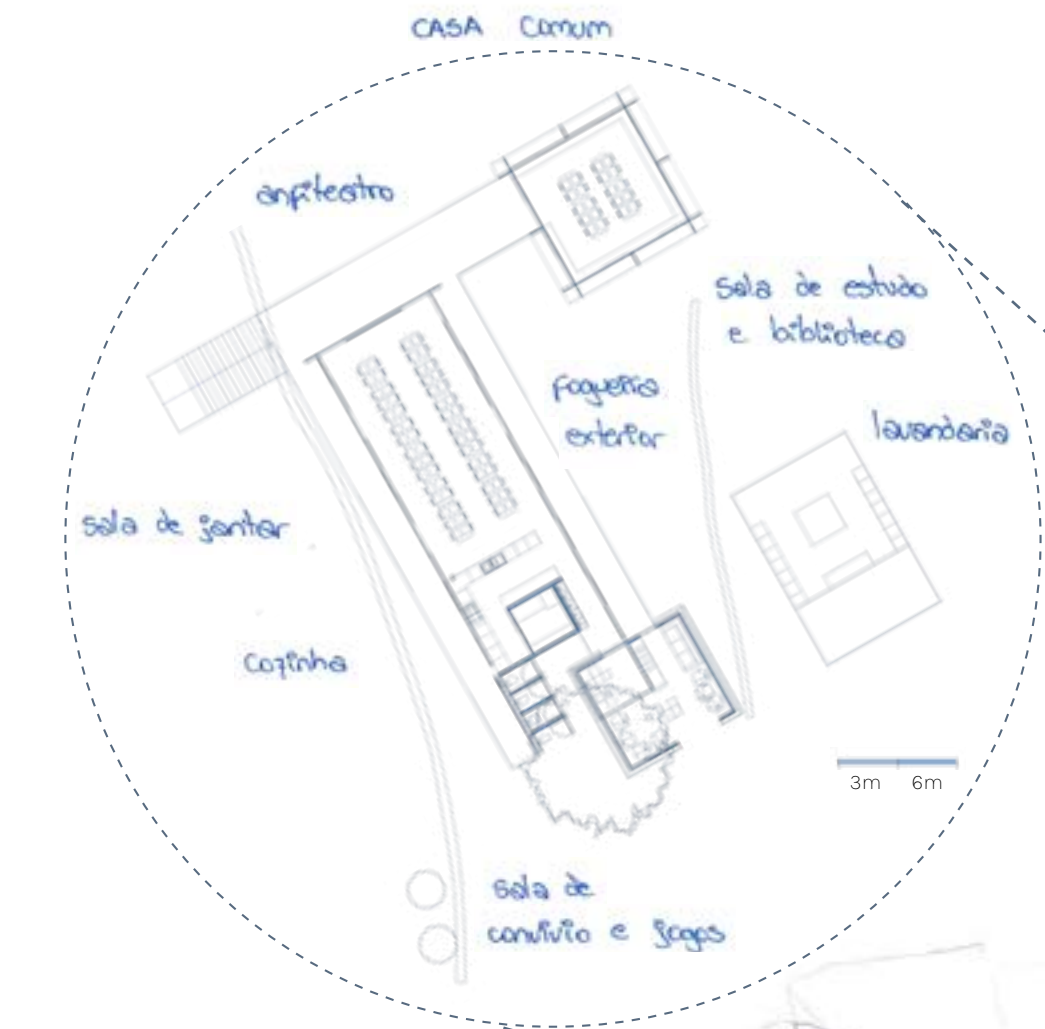


FIG. 84| Referência: biblioteca
FIG. 85| Referência: cozinha/showcokings
FIG. 86| Referência: sala de estudo/ biblioteca

FIG. 83| Processo: Proposta da casa comum...s/esc.



FIG. 87| Referência: lavandaria com máquinas de lavar e secar roupa, e estandais interiores (Loja Mango Teen, Arq. Masquespacio, Espanha)



FIG. 88| Referência: cobertura (Longhua Art Museum and Library, China)
FIG. 89| Referência: volumetria (Nursery and Primary School, Atelier Julien Boidot, França)



FIG. 90| Registo fotográfico das construções a reabiliar da Vila de Santa Marinha



FIG. 91| Processo: Planta esquemática

DA DIMENSÃO PRIVADA...

De forma a ilustrar o potencial da intervenção proposta, focamo-nos particularmente numa das habitações de menor dimensão - a atual casa 111. Através deste caso específico, procuramos demonstrar como a abordagem adotada - que combina uma reorganização espacial inteligente, o aproveitamento das estruturas existentes e a minimização de barreiras físicas internas - pode ser replicada, adaptada e expandida nas habitações de maior dimensão, consoante as suas características preexistentes. Assim, este exemplo deve ser entendido não só enquanto solução individual, mas também como um modelo que revela o caráter escalável e versátil da intervenção, reforçando a coesão e a identidade do conjunto habitacional.

Ao longo do seu eixo longitudinal, a habitação desenha uma sucessão de momentos, como uma narrativa espacial fluida e contínua. A entrada desimpedida conduz-nos de imediato a um espaço amplo, onde o pé-direito elevado se impõe, criando a sensação de respiro e leveza. Aqui, a zona de estar apresenta-se despojada e essencial – um sofá, um pequeno armário adjacente – elementos que não competem com a real força do espaço: uma estrutura central em madeira, que atravessa a casa como se de uma viga se tratasse e sobre a qual se desenvolve a zona de descanso.

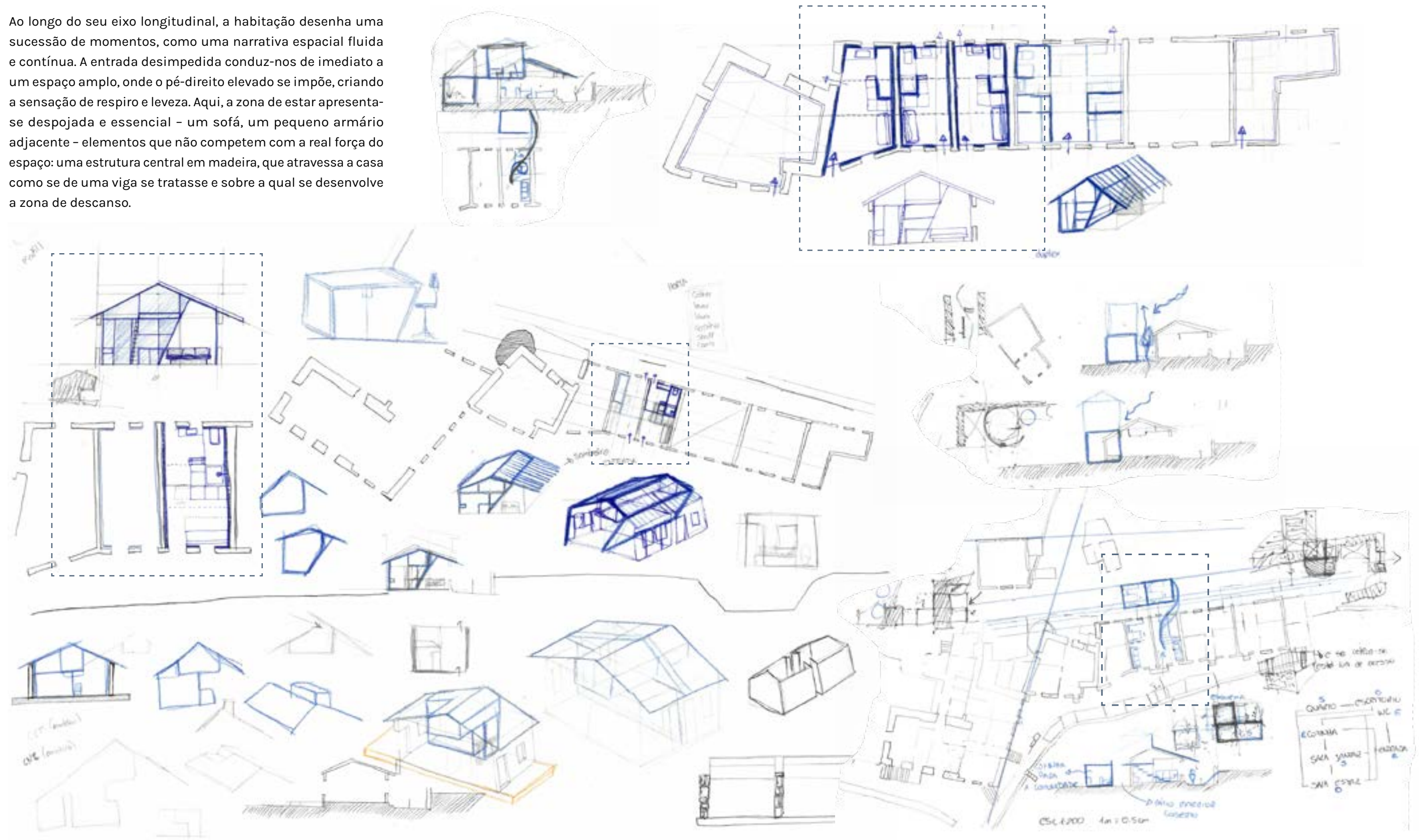
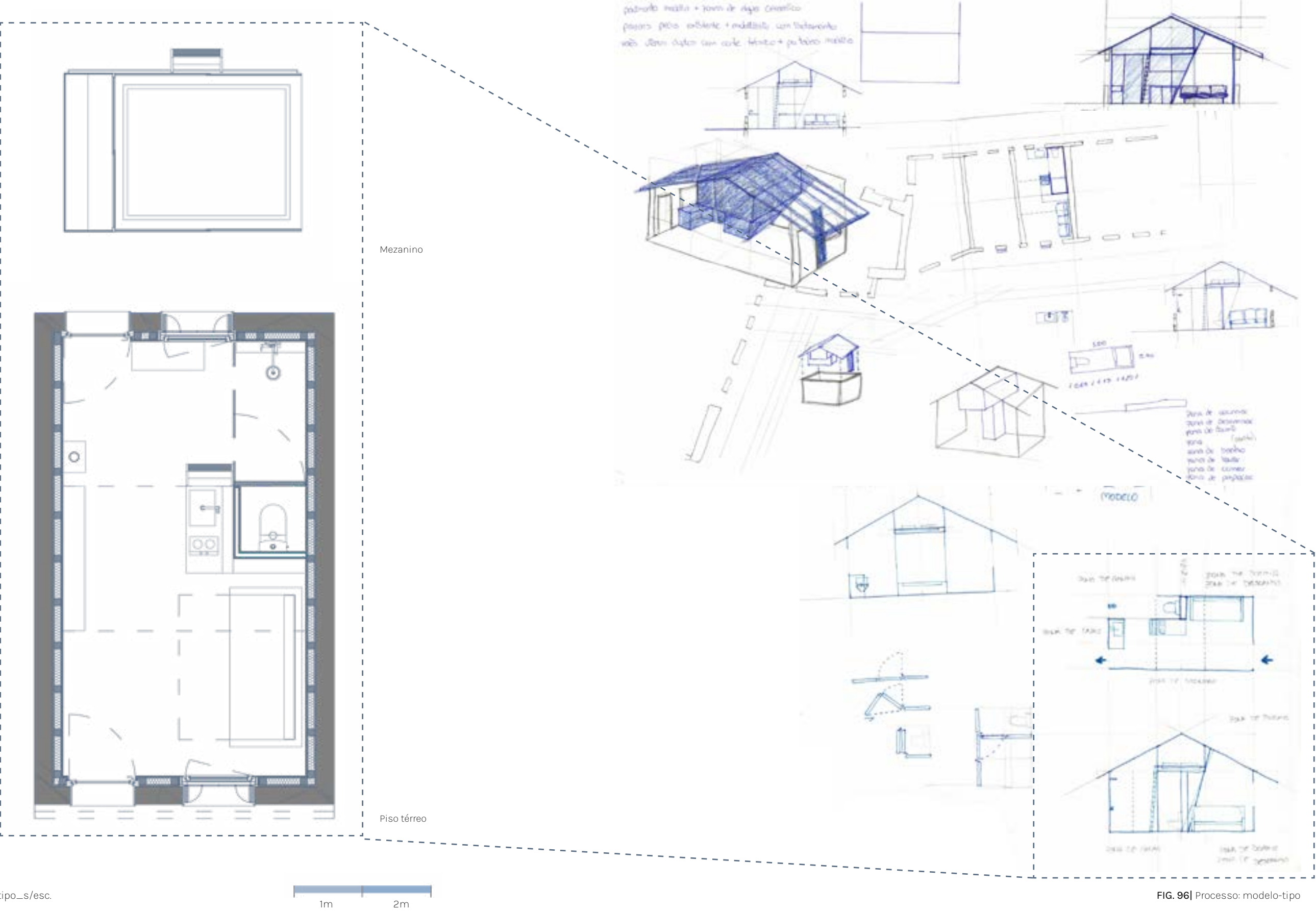


FIG. 94| Processo: Estudo da disposição interior do modelo-tipo



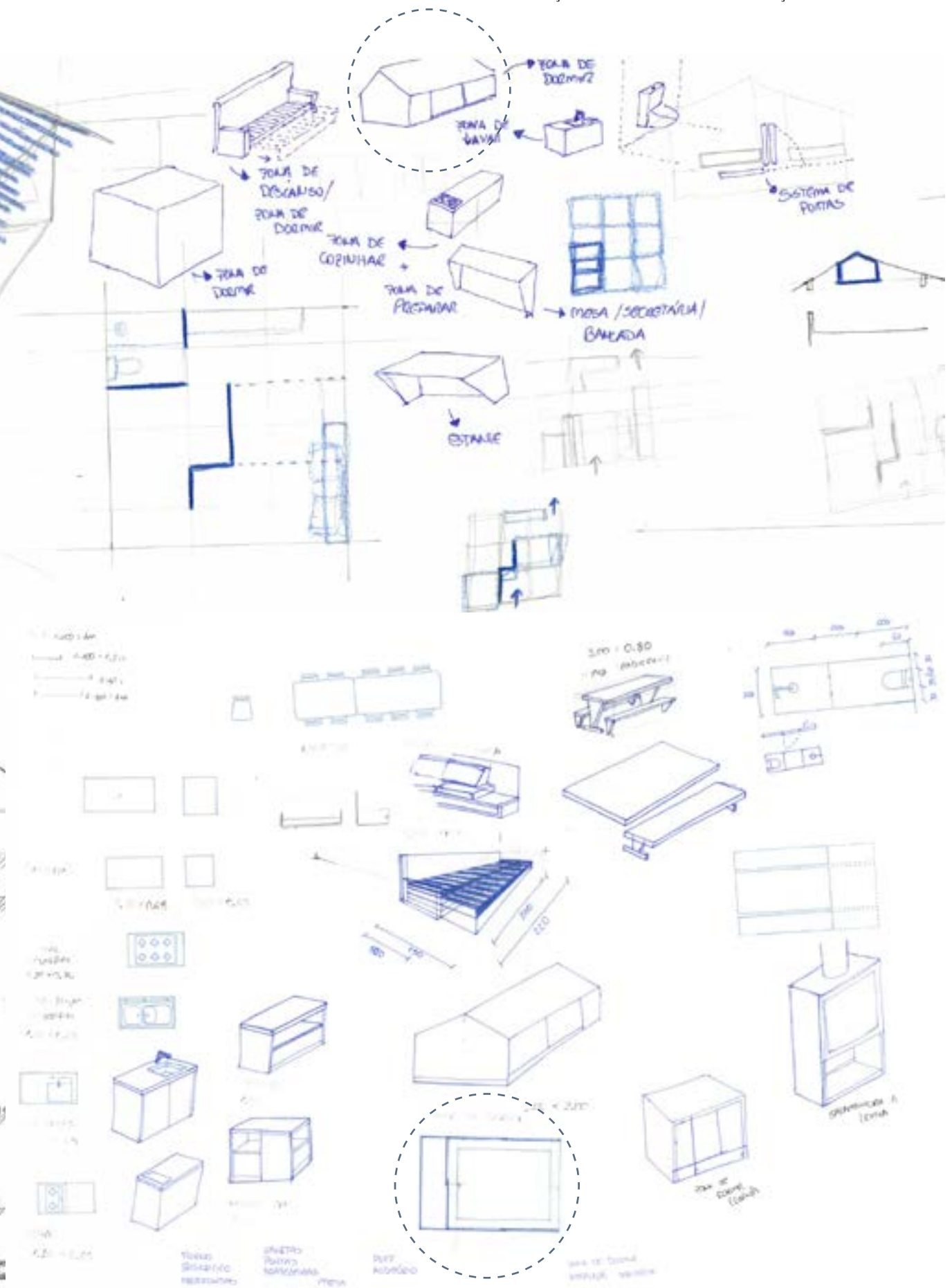
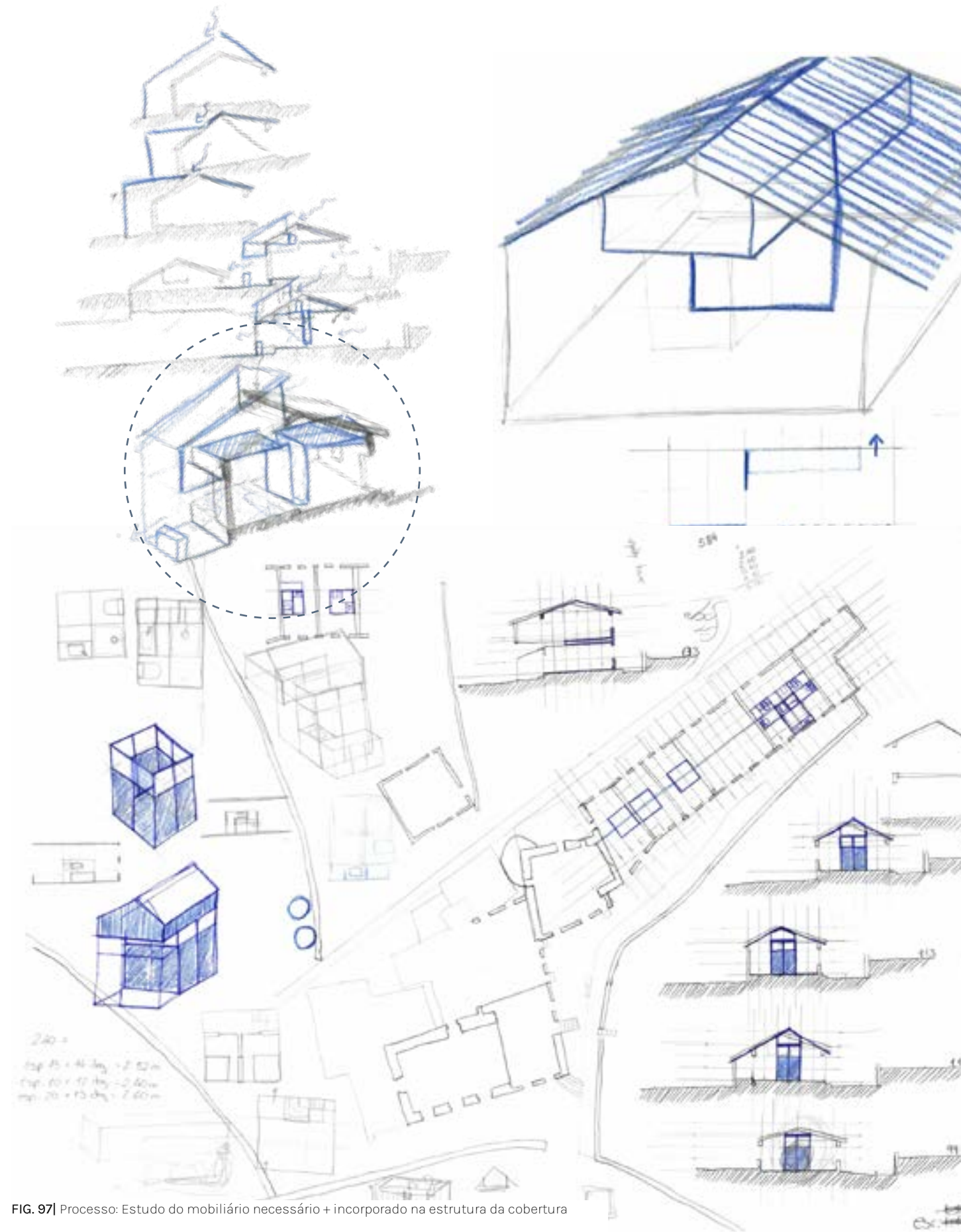


FIG. 97 | Processo: Estudo do mobiliário necessário + incorporado na estrutura da cobertura

Este plano elevado, ancorado nas paredes preexistentes através de longos barrotes de madeira e peças de fixação metálicas, afirma-se como um refúgio acima do cotidiano. A cama embutida, rematada por um armário aos pés, desenha um volume compacto e funcional, onde a privacidade se reforça pelo posicionamento estratégico e pela presença de portas de correr laterais, permitindo que a mesma possa ser aberta. Acima, o descanso; abaixo, o dinamismo da vida diária. Uma escada deslizante permite o acesso a este espaço e recolhe-se discretamente quando não é necessária, reforçando a flexibilidade do ambiente.

Sob esta estrutura, a fluidez mantém-se: a zona de confeção de alimentos dispõe-se de forma eficiente, com uma bancada equipada com fogão, frigorífico e arrumação. Um móvel lateral alberga uma mesa sobre rodas, capaz de se deslocar e adaptar-se conforme a necessidade – ora bancada de pequeno-almoço, ora mesa de refeição, ora secretária improvisada. A casa não procura impor limites rígidos, mas sim possibilidades.

No extremo oposto, recatado, um único volume delimitado define a zona de higiene, onde a simplicidade dita a lógica do espaço. A sanita e o duche partilham a mesma envolvente, com um lavatório posicionado estrategicamente entre esta área e a zona de confeção, garantindo funcionalidade sem comprometer a fluidez espacial. Cada elemento é pensado para responder às necessidades sem fragmentar a continuidade do espaço, permitindo que esta pequena habitação transcenda as suas dimensões físicas e se afirme como um lugar de vida amplo, dinâmico e profundamente enraizado na essência do habitar.



FIG. 98| Fotomontagem da organização interior do modelo tipo e o seu mobiliário

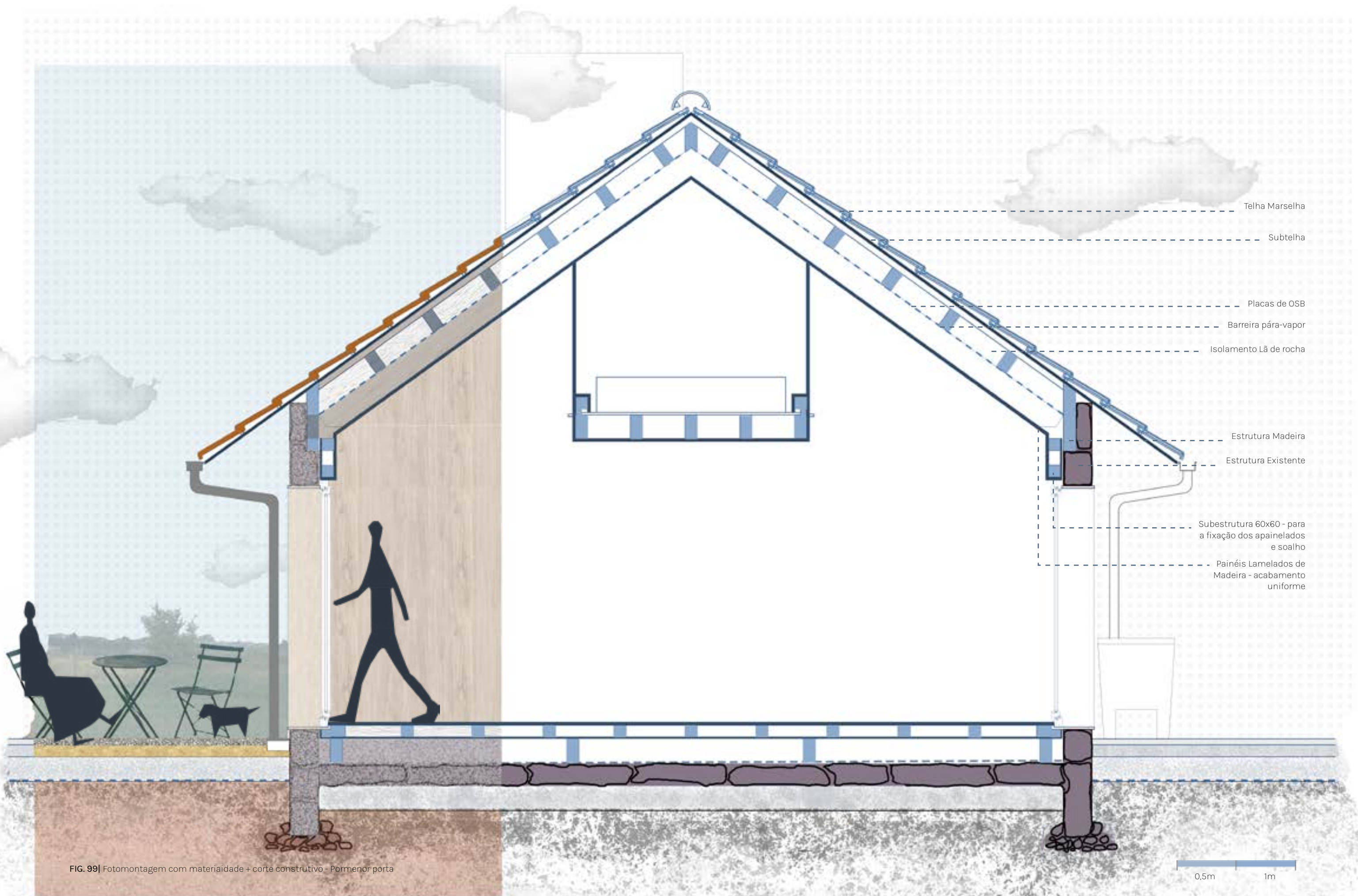


FIG. 99| Fotomontagem com materialidade + corte construtivo - Pormenor porta

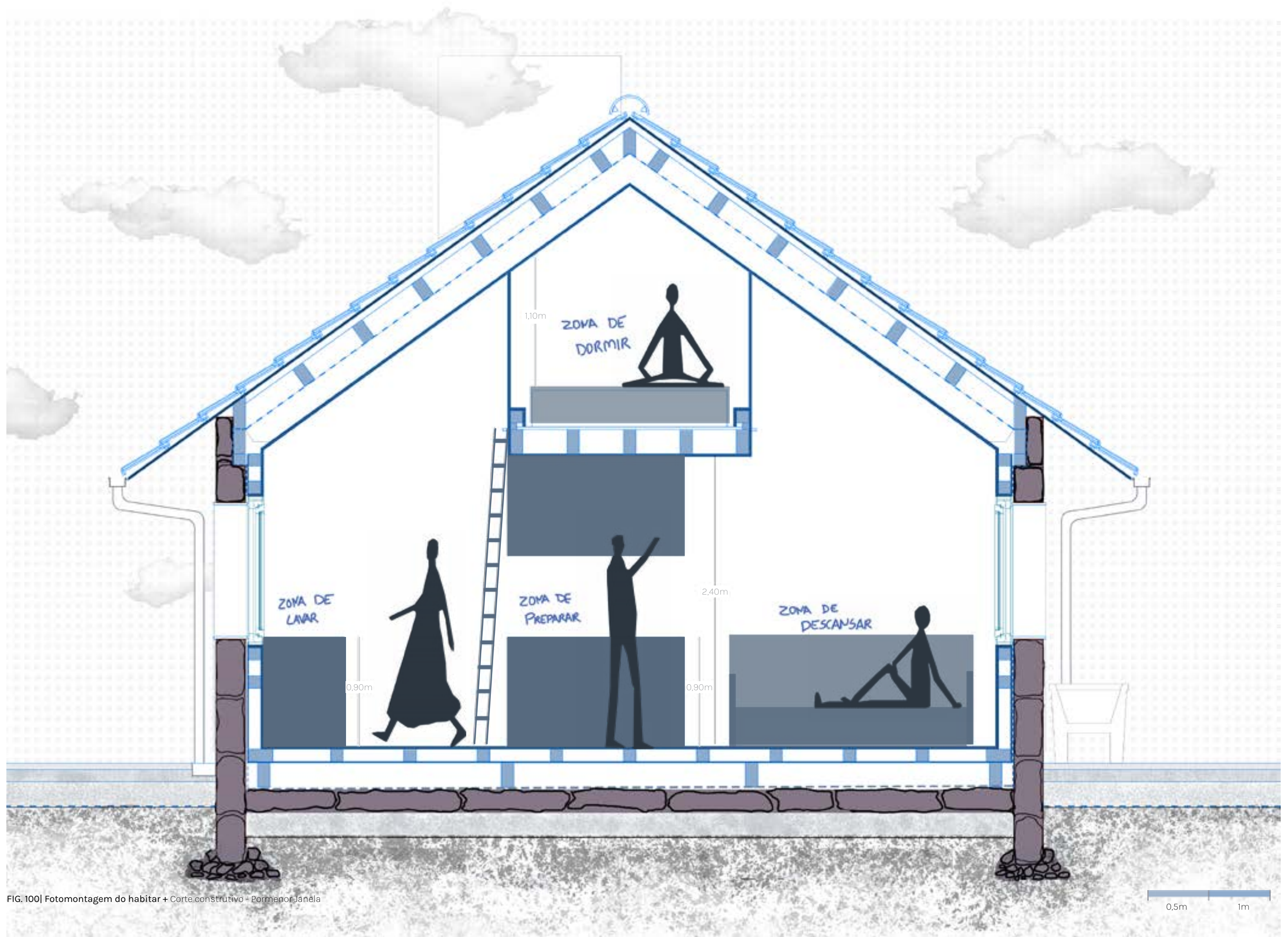


FIG. 100| Fotomontagem do habitar + Corte construtivo - Pormenor Janela

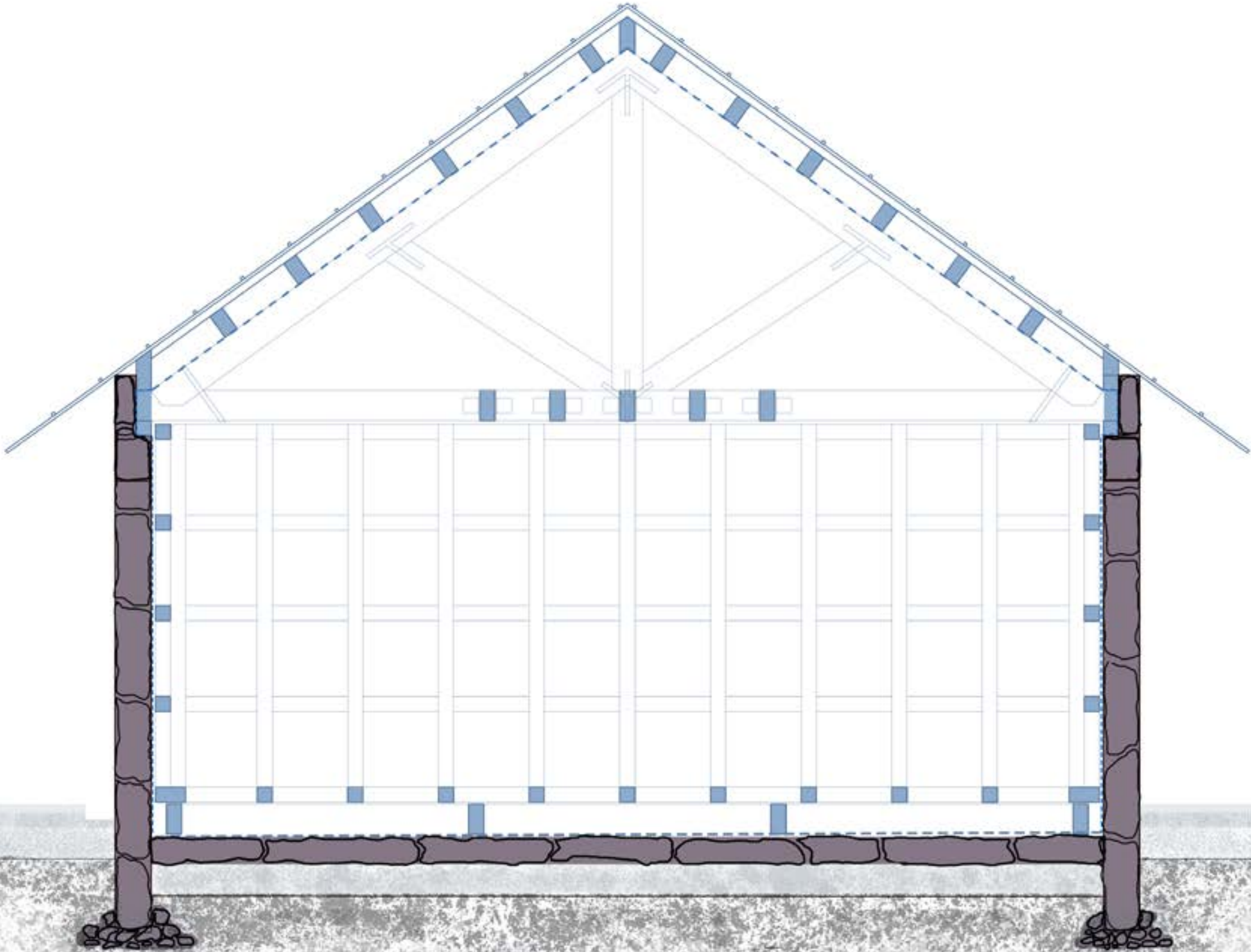


FIG. 101| Estrutura existente + Estrutura proposta de modelo tipo



04

Considerações Finais

Este projeto nasce de uma visão que se opõe ao paradigma dominante da habitação contemporânea, frequentemente marcada por uma lógica individualista e pela privatização progressiva do espaço comum. A tendência atual, seja na proliferação de empreendimentos habitacionais isolados, seja na apropriação comercial do chamado “espaço coletivo”, tem vindo a fragilizar os laços comunitários, transformando aquilo que deveria ser um lugar de encontro em meros corredores de passagem. Mesmo os ditos “espaços de lazer”, concebidos supostamente para a fruição coletiva, muitas vezes resultam em ambientes artificiais e segregadores, onde a interação social é superficial e limitada a um consumo previamente determinado. Estes espaços, ao invés de promoverem o convívio espontâneo, acabam por reforçar barreiras invisíveis, tornando-se instrumentos de exclusão disfarçados de inclusão.

Em contraste, a proposta aqui apresentada procura resgatar a essência da vida comunitária através de uma arquitetura que não se impõe, mas antes se molda e se adapta às necessidades e dinâmicas dos habitantes. A aposta na reabilitação de estruturas preexistentes, especialmente num contexto territorial em transição, demonstra como o reaproveitamento do construído pode ser não apenas viável, mas também um motor de revitalização social e espacial. Fragmentos dispersos pelo território, muitas vezes relegados ao esquecimento, podem ser reinterpretados como pontos de convergência e de reconstrução de um tecido comunitário mais coeso.

Ao explorar as potencialidades da arquitetura colaborativa e cooperativa, este projeto posiciona-se como uma resposta consciente aos desafios contemporâneos da habitação e do uso do território. Não se trata apenas de preservar edificações, mas de repensar os modos de habitar e de coabitar. A arquitetura, aqui, não é um fim em si mesma, mas um meio para possibilitar novas formas de vida em comum, onde o espaço deixa de ser um mero suporte físico e passa a ser um agente ativo na construção de relações sociais mais genuínas e sustentáveis.

05

ÍNDICE DE FIGURAS

	Figura 1.
Foto de uma das entradas da Vila de Santa Marinha da Costa. Autoria própria.	
	Figura 2.
Foto de criança a habitar na Vila de Santa Marinha.	
	Figura 3.
Ortofotomapa da cidade de Guimarães. Autoria própria.	
	Figura 4.
Ortofotomapa da envolvente da Vila de Santa Marinha, na freguesia da Costa. Autoria própria	
	Figura 5.
Desenho de conhecimento do objeto de estudo. Autoria própria.	
	Figura 6.
Desenhos de levantamento e reconhecimento fotográfico da Vila de Santa Marinha. Autoria própria.	
	Figura 7.
Estudo da compartimentação das habitações. Autoria própria.	
	Figura 8.
Registo fotográfico do interior das construções - referente à Planta 1. Autoria própria.	
	Figura 9.
Planta 1 (existente). Sem escala. Autória própria.	
	Figura 10.
Planta 1 (ocupação do espaço interior). Sem escala. Autória própria.	
	Figura 11.
Registo fotográfico do interior das construções - referente à Planta 2. Autoria própria.	
	Figura 12.
Planta 2 (existente). Sem escala. Autória própria.	
	Figura 13.
Planta 2 (ocupação do espaço interior). Sem escala. Autória própria.	
	Figura 14.
Registo fotográfico da família da Senhora Miquinhas.	
	Figura 15.
Registo fotográfico do interior das construções - referente à Planta 3. Autoria própria.	
	Figura 16.
Planta 3 (existente). Sem escala. Autória própria.	
	Figura 17.
Planta 3 (ocupação do espaço interior). Sem escala. Autória própria.	
	Figura 18.
Registo fotográfico da família da Senhora Miquinhas (2).	
	Figura 19.
Divisão da parcela do conjunto habitacional. Autória própria.	
	Figura 20.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1950. Autória própria.	
	Figura 21.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1975. Autória própria.	
	Figura 22.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1979. Autória própria.	
	Figura 23.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1980. Autória própria.	
	Figura 24.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 1990. Autória própria.	
	Figura 25.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2002. Autória própria.	
	Figura 26.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2006. Autória própria.	
	Figura 27.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2007. Autória própria.	
	Figura 28.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2012. Autória própria.	
	Figura 29.
Esquema da morfologia do conjunto habitacional, em 2018. Autória própria.	
	Figura 30.
Ortofotomapa da morfologia do conjunto habitacional em 2019.	
	Figura 31.
Esquema da construções do conjunto habitacional. Autória própria.	
	Figura 32.
Esquema de materiais existentes no local. Autória própria.	
	Figura 33.
Registo fotográfico da materialidade da Vila.	
	Figura 34.
Fotomontagens das fachadas com os números de portas e Planta 4 (Existente). Escala 1:500.	

Figura 35.
Planta da envolvente de Guimarães com casos de estudo. Sem escala. Autória própria.
Figura 36.
Registo fotográfico do caso de estudo Fermentões.
Figura 37.
Registo fotográfico do caso de estudo Creixomil (1).
Figura 38.
Registo fotográfico do caso de estudo Creixomil (2).
Figura 39.
Registo fotográfico do caso de estudo Costa (1).
Figura 40.
Registo fotográfico do caso de estudo Costa (2).
Figura 41.
Fotografia do proceso de trabalho.
Figura 42.
Processo:Esboço de ideias. Autória própria.
Figura 43.
Processo:Estudo da estratégia do existente. Autória própria.
Figura 44.
Processo:Levantamento das problemáticas observadas na Vila de Santa Marinha. Autória própria.
Figura 45.
Processo: Análise das problemáticas observadas na
Vila de Santa Marinha e estudo de possíveis estratégias adotar. Autória própria.
Figura 46.
Mapa da estratégia de Coabitación. Autória própria.
Figura 47.
Apropriação do espaço exterior - atividades propostas para a Vila de Santa Marinha. Autória própria.
Figura 48.
Planta de Implantação_esc.1:500 Autoria própria.
Figura 49.
Esquema da dimensão pública. Escala 1:500. Autoria própria.
Figura 50.
Estudo da dimensão pública e estacionamento subterraneo. Autoria própria.
Figura 51.
Registo fotográfico das entradas da Vila de Santa Marinha.
Figura 52.
Planta esquemática. Sem escala. Autoria própria.
Figura 53.
Registo fotográfico das árvores de fruta na Vila.
Figura 54.
Jardins comunitários.
Figura 55.
The salad garden, Julia Sherman.
Figura 56.
Priagrama representativo - solo. Sem escala. Autoria própria.
Figura 57.
Processo: diagrama representativo - solo. Autoria própria.
Figura 58.
Foto de um poço existente na Vila
Figura 59.
Caminho de água natural.
Figura 60.
Shonandai Cultural Center, Itsuko Hasegawa
Figura 61.
Diagrama representativo - água. Sem escala. Autoria própria.
Figura 62.
Processo: diagrama representativo - água. Autoria própria.
Figura 63.
Fire Ring, Robin Winogrand. <https://landezine-award.com/fire-ring/>
Figura 64.
Foqueria exterior.
Figura 65.
Diagrama representativo - fogo. Sem escala. Autoria própria.
Figura 66.
Processo: diagrama representativo - fogo. Autoria própria.
Figura 67.
Registo fotográfico com anotações de construções a demolir - referente à Planta 1

Figura 68.
Planta 1 (A demolir). Escala 1:500 Autória própria.
Figura 69.
Registo fotográfico com anotações de construções a demolir - referente à Planta 2.
Figura 70.
Planta 2 (A demolir). Escala 1:500 Autória própria.
Figura 71.
Planta 4 (A demolir). Sem escala. Autória própria.
Figura 72.
Planta 3 (A demolir). Escala 1:500 Autória própria.
Figura 73.
Registo fotográfico com anotações de construções a demolir - referente à Planta 3.
Figura 74.
Registo fotográfico das construções a reabiliar da Vila de Santa Marinha.
Figura 75.
Planta esquemática. Sem escala. Autoria Própria.
Figura 76.
Processo: Reabilitação dos anexos pré existentes. Autoria Própria.
Figura 77.
Planta 1 e 2 da reabilitação do anexo pré existente (sala de jogos). Escala 1:100. Autoria Própria.
Figura 78.
Referência da rede suspensa no momento de sobreposição do existente com a nova proposta - casa comum.
Figura 79.
Referência da organização da sala - intensão de ser um momento de estar - Kocevje Kindergarten.
Figura 80.
Referência da organização da sala - intensão de ser um momento de estar.
Figura 81.
Processo: Estudo da implantação e do programa da Vila.
Figura 82.
Processo: Proposta de coabitación. Autoria própria.
Figura 83.
Processo: Proposta da casa comum. Sem Escala. Autoria própria.
Figura 84.
Referência: biblioteca.
Figura 85.
Referência: cozinha/showcokings.
Figura 86.
Referência: sala de estudo/biblioteca.
Figura 87.
Referência: lavandaria com máquinas de lavar e secar roupa, e estendais interiores (Loja Mango Teen, Arq. Masquespacio, Espanha)
Figura 88.
Referência: cobertura (Longhua Art Museum and Library, China)
Figura 89.
Referência: volumetria (Nursery and Primary School, Atelier Julien Boidot, França)
Figura 90.
Registo fotográfico das construções a reabilitar da Vila de Santa Marinha.
Figura 91.
Processo: Planta esquemática. Autoria própria.
Figura 92.
Processo: Estudo em cortes da intervenção a adotar. Autoria própria.
Figura 93.
Esquema a denotar-se a relação da habitação com a envolvente exterior. Autoria própria.
Figura 94.
Processo: Estudo da disposição interior do modelo-tipo. Autoria própria.
Figura 95.
Planta do modelo tipo. Sem escala. Autoria própria.
Figura 96.
Processo: Modelo-tipo. Autoria própria.
Figura 97.
Processo: Estudo do mobiliário necessário + incorporado na estrutura da cobertura. Autoria própria.
Figura 98.
Fotomontagem da organização interior do modelo tipo e o seu mobiliário. Autoria própria.
Figura 99.
Fotomontagem com materialidade + corte construtivo - Pormenor porta. Sem escala. Autoria própria.
Figura 100.
Fotomontagem do habitar + corte construtivo - Pormenor janela. Sem escala. Autoria própria.
Figura 101.
Estrutura existente + Estrutura proposta do modelo-tipo. Sem escala. Autoria própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (APA)

Alarcão, P. (2009). *Construir a ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Porto: FAUP Publicações.

Costa, A. A. (2009). Identidade nacional e património construído - arquitetura, cidade e território. *O Património como Oportunidade e Desígnio*.

Costa, F. P. (1955). *Enciclopédia Prática da Construção Civil*. Lisboa: Portugália Editora.

Czischke, D., Peute, M., & Brysch, S. (2023). *Together: Towards Collaborative Living*. naiolo publishers.

Domingues, Á. (2011). *Vida no campo*. Porto: Dafne Editora.

Jesus, R. N. (2018). A Casa da Botica, Amares: Da ruína à oportunidade de intervenção. Universidade do Minho, Guimarães, Portugal.

Lino, R. (1993). *Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Edições Cotovia.

Mascarenhas, J. (2015). *Sistemas de Construção XV - Arquitetura Popular em Portugal*. Livros Horizonte.

Olhero, A. (2004). Dinâmicas Territoriais da freguesia da Costa - Guimarães. V Congresso da Geografia Portuguesa *Portugal: Territórios e Protagonistas*. Universidade do Minho.

Oliveira, E. V., & Galhano, F. (2020). *Arquitectura tradicional portuguesa: Portugal de Perto*. Etnográfica Press.

Pinheiro, S. F. (2021). A Casa de Barral, em Aboadela. Do Inquérito à Arquictetura Popular Portuguesa à procura da génese tipológica da construção. Universidade do Minho, Guimarães, Portugal.

Pinto, C. I. (2020). Casa Mínima: Métodos de Otimização do Espaço Interior Mínimo. Universidade do Minho , Guimarães, Portugal.

Portas, N., & Cabral, Á. D. (2011). *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulação e Projetos*. Lisboa, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portela, J. (1997). O meio rural em Portugal: entre o Ontem e o Amanhã. *A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território*.

Ramos, R. J. (2005). A Casa Unifalimiar Burguesa na Arquitectura Portuguesa: mudanças e continuiedade no espaço doméstico na primeira metade do século XX. FAUP, Porto, Portugal.

Schittich, C. (2006). *In Detail: Single Family Houses*. Birkhauser.

Schittich, C. (2007). *In Detail: Housing for People of All Ages: Flexible, Unrestricted, Senior-friendly*. Birkhauser.

Schleifer, S. (2011). *Pequenos Espaços Interiores*. Ilus Books.

SNA. (2004). *Arquitectura Popular em Portugal* (4o ed., Vol. 1). Lisboa: Ordem do Arquitetos.

WEBGRAFIA

Agamben, G. (2019, November 6). Habitar e construir. Revista Punkto. <https://www.revistapunkto.com/2019/11/habitar-e-construir-giorgio-agamben.html>

Lusa. (2023, October 18). Exposição “Habitar Lisboa” torna visível problema da habitação na capital dando voz aos arquitetos. Comunidade Cultura e Arte. <https://comunidadeculturaearte.com/exposicao-habitar-lisboa-torna-visivel-problema-da-habitacao-na-capital-dando-voz-aos-arquitetos/>

Vieira, P. S.(2023, September 20). A crise da habitação, um fenómeno europeu agravado em Portugal. ECO. <https://eco.sapo.pt/especiais/ensaio-de-pedro-siza-vieira-a-crise-da-habitacao-um-fenomeno-europeu-agravado-em-portugal/>

PÚBLICO. (2023, April 28). Preços reais das casas duplicaram em Portugal desde 2015. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2023/04/28/economia/noticia/precos-reais-casas-duplicaram-portugal-desde-2015-2047739>

Redação. (2023, June 19). Arquiteto da UMinho critica “bairros sociais para ricos” na Penha. Jornal de Guimarães. <https://jornaldeguimaraes.pt/noticias/habitar-na-cidade/>

Guimarães Digital. (2023, June 18).Professor da UMinho critica “bairros sociais para ricos” na encosta da Penha. Guimarães Digital. <https://www.guimaraesdigital.pt/index.php/informacao/politica/81332-professor-da-uminho-critica-bairros-sociais-para-ricos-na-encosta-da-penha>

Lopes, P. (2024, September 15). Porque é que os preços da habitação em Portugal continuam elevados. The Portugal News. Disponível em <https://www.theportugalnews.com/pt/noticias/2024-09-15/porque-e-que-os-precos-da-habitacao-em-portugal-continuum-elevados/92057>

Silva, F. A. (2023, June 17). Histórico arquiteto de Braga critica “bairros sociais para ricos” na encosta da Penha. O Minho. Disponível em <https://ominho.pt/popular-arquiteto-de-braga-critica-bairros-sociais-para-ricos-na-encosta-da-penha/>

Euronews. (2023, July 4). Crise da habitação em Portugal: os argumentos do alojamento local. Euronews. Disponível em <https://pt.euronews.com/business/2023/07/04/crise-da-habitacao-em-portugal-os-argumentos-do-alojamento-local>

Clapson, C. (2022, September 18). Bijgaardehof is Flanders' biggest co-housing project. VRT NWS. Disponível em <https://www.vrt.be/vrtnws/en/2022/09/18/bijgaardehof-is-flanders-biggest-co-housing-project/>

Iberdrola. (n.d.). Cohousing ou Habitação colaborativa, um modelo sustentável. Iberdrola. Disponível em <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/cohousing>

Braathen, M. (n.d.). Community architecture. Nasjonal museet. Disponível em <https://www.nasjonal-museet.no/en/stories/bofellesskap/>

AND-RÉ. (n.d.). Luzoestela Affordable Housing. AND-RÉ. Disponível em <https://and-re.pt/portfolio/luzoestela-affordable-housing/>

<https://www.nevertoosmall.com/post/tardis-west-sussex>
<https://www.youtube.com/@foundationforintentionalco5293/videos>
<https://www.schemataworkshop.com/cohousingprojects>
<https://www.schemataworkshop.com/passions-cohousing>
<https://hopecohousing.org/why-cohousing-is-good-for-people-and-communities-the-evidence-2/>
<https://grist.org/cities/cohousing-the-secret-to-sustainable-urban-living/>